

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta tese será disponibilizado somente a partir de 04/05/2020.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

LÍVIA PERES MILANI

A Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos:
clientelismo e autonomia no campo da segurança internacional

CAMPINAS

2019

LÍVIA PERES MILANI

A Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos:
clientelismo e autonomia no campo da segurança internacional

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais na área de Paz, Defesa e Segurança Internacional.

Orientador: Sebastião Velasco e Cruz

Coorientador: Samuel Alves Soares

ESTE TRABALHOCORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELA LÍVIA PERES MILANI E
ORIENTADA PELO PROF. DR. SEBASTIÃO VELASCO E
CRUZ.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

M589a Milani, Livia Peres, 1992-
A Argentina e o Brasil frente aos Estados Unidos : clientelismo e autonomia no campo da segurança internacional / Livia Peres Milani. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Em regime interinstitucional com: Relações Internacionais San Tiago Dantas - UNESP / UNICAMP / PUC-SP.

1. Segurança Internacional. 2. Política Externa. 3. América Latina - Relações Militares - Estados Unidos. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Argentina, Brazil and the United States : autonomy and clientelism in international security issues

Palavras-chave em inglês:

International Security

Foreign Policy

Latin America - Military-to-Military Relations - United States

Área de concentração: Paz, Defesa e Segurança Internacional

Títuloção: Doutora em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Suzeley Kalil Mathias

Héctor Luis Saint-Pierre

Luis Fernando Ayerbe

Felipe Pereira Loureiro

Data de defesa: 04-11-2019

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-4300-205X>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/7795740053542842>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 4 de novembro de 2019, considerou a candidata Livia Peres Milani aprovada.

Prof. Dr. Sebastião Velasco e Cruz

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro

Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao meu marido, Cairo, aos meus pais e às minhas irmãs, que são minhas fontes de luz e energia.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte financeiro para a realização do doutorado e pelo financiamento do estágio de pesquisa no exterior (Processos nº 2017/00661-8 e nº 2018/03231-7). O presente trabalho foi realizado, em parte, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Aos meus pais, Fernanda e Ivanildo, pelo suporte emocional, carinho e amor incondicional. Às minhas irmãs, Camila e Marina, pelo companheirismo e pela alegria que me trazem. Sou eternamente grata ao meu marido, Cairo, pelo amor, amizade, companheirismo e por me fazer feliz. Agradeço também pelo apoio emocional e pela leitura e revisão, que foram de grande valia. Agradeço aos meus avós, primos e tios pelo cuidado, presença e suporte.

Agradeço imensamente aos professores que me acompanharam nessa jornada e que me proporcionaram oportunidades de crescimento. Ao professor Sebastião Velasco e Cruz, pelos ensinamentos e por me ajudar a expandir meus horizontes. Ao professor Samuel Soares, pelo companheirismo, sinceridade e pelos *insights*. À professora Suzeley Kalil Mathias, pela sinceridade, pelos alertas e pela luta. Aos professores Héctor Saint-Pierre, Luis Ayerbe e Felipe Loureiro por terem aceitado prontamente o convite e pela leitura atenta. À professora Cristina Pecequillo, por me ensinar muito sobre os Estados Unidos e pela oportunidade de estágio na Unifesp. Agradeço também às secretárias e bibliotecárias do San Tiago Dantas e do IFCH.

Com muito prazer, agradeço aos amigos que fiz em São Paulo. Ao Matheus, com quem aprendi muito, sou grata pelas leituras, críticas, almoços e discussões. Aos amigos do Gedes, em especial Giovanna, Luiza, Raquel, Karina, Patrícia, pelos encontros, discussões acadêmicas e, também, pelos bares e pela convivência. Agradeço ainda à Patrícia Nakamura, pelos cafés da manhã e pela ajuda nos primeiros anos de São Paulo.

Sou imensamente grata aos amigos de Franca, por estarem comigo em momentos preciosos e continuarem sempre ali, como uma certeza. Especial menção à Francielly, Alba, Marina, Vitória, Juliana. Agradeço também a todos que se tornaram queridos durante meus nove meses em Washington, especialmente Margaret, Ângelo, Judy, Jade e Eduardo. Agradeço ainda aos que me receberam nessa outra nova etapa, especialmente à Lis Ribeiro.

Não teria sido possível terminar essa tese sem o carinho, o suporte emocional e os ensinamentos que vieram de cada um de vocês, que formam uma rede de apoio incrível e me possibilitaram crescimento e felicidade.

RESUMO

O tema abordado nessa tese corresponde às relações entre os Estados Unidos e América Latina no início do século XXI, tendo como foco os casos de Brasil e Argentina e os temas atinentes à área de Segurança Internacional. As relações interamericanas são marcadas por intensa assimetria de poder, portanto, podem ser enquadradas no âmbito mais geral das dinâmicas entre grandes potências e países periféricos. Todavia, possuem importantes particularidades e entender o desenvolvimento histórico torna-se essencial para explicar as dinâmicas hemisféricas. Embora as relações Estados Unidos-América Latina tenham se desenvolvido com base em um paradigma de clientelismo – de cooperação assimétrica no campo militar – e de dependência econômica – de produção nacional condicionada por decisões externas – esses dois fatores foram questionados em alguns períodos, quando houve busca de autonomia por parte de governos latino-americanos. Considerando-se esse contexto, questiona-se: por que houve, no Brasil e na Argentina, uma retomada dos projetos de autonomia com relação aos Estados Unidos no início do século XXI e como ela expressou-se no campo da segurança internacional? Como hipótese, entende-se que a retomada dos projetos de autonomia foi provocada pelas mudanças nas coalizões politicamente predominantes na Argentina e no Brasil e pelas mudanças no cenário internacional, com o aumento da atuação chinesa na América Latina. Não houve negligência dos EUA em relação à região e, apesar dos desafios impostos pela China, a potência hegemônica manteve a capacidade de impor custos e incentivos aos governos latino-americanos. A cooperação no campo da segurança, incluindo as relações entre os militares e os agentes de segurança pública, permaneceu como um sustentáculo importante da influência estadunidense. A tese está dividida em cinco capítulos, no primeiro é apresentada a discussão teórico-conceitual, no segundo, é feita uma breve exposição sobre a História das relações entre Argentina, Brasil e Estados Unidos e, no terceiro capítulo, discute-se a Política Exterior dos EUA para a América Latina após o 11/09. No quarto e no quinto capítulos, são apresentadas as relações bilaterais em temas de segurança internacional entre Brasil-EUA e Argentina-EUA, respectivamente. Foram utilizadas como fontes documentos abertos divulgados pelos Ministérios de Relações Exteriores e da Presidência dos três países, discursos de autoridades e entrevistas. Também feito uso de bases de dados sobre transferência de armamentos e assistência em segurança, organizadas respectivamente pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e pelo *Center for International Policy*. Foram utilizados ainda telegramas produzidos pelas embaixadas dos Estados Unidos na Argentina e no Brasil e divulgados pelo *Wikileaks*.

Palavras chave: América Latina - Relações militares - Estados Unidos, Política Externa, Segurança internacional.

ABSTRACT

The thesis' main subject is the relationship between the United States and Latin America, at the beginning of the 21st century, focusing on the Brazilian and Argentinean cases and security issues. Intense asymmetry of power is the main feature of the Inter-American relations and, therefore, they denote relations between great powers and peripheral countries. Nevertheless, they are also specific, and it is essential to analyze the historical developments to understand the Western Hemisphere international dynamics. The inter-American relations are marked by clientelism – meaning asymmetrical military cooperation - and economic dependency – meaning that the national economies' dynamics are influenced by external factors. However, this reality was disputed by Latin American governments in different historical conjunctures. Guided by these assumptions, the main question is: why there was, in the Brazilian and Argentina cases, an autonomy project resumption at the beginning of the 21st century and how was it expressed on security issues? As a hypothesis, I argue that the sources of the autonomy projects were the changes in domestic politics and the China inroads in the Western Hemisphere. There was no U.S. negligence towards the region, but the challenges imposed by China were growing, and the United States maintained its capacity to impose costs and incentives to the Latin American governments. Moreover, security cooperation was a source of U.S. influence. The thesis has five chapters. The first one presents the conceptual discussion, the second one briefly presents the historical Western Hemisphere International Relations main themes, and the third one addresses U.S. Foreign Policy for South America in the post 9/11 period. The fourth and fifth chapters analyze the bilateral Brazil-USA and Argentina-USA relations. To conduct empirical research, I used open-source documents from the three countries governments, speeches made by authorities and interviews. I have also taken into account data basis on security assistance and arms transfer from the Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) and the Center for International Policy. I also used telegrams produced by the US embassies in Argentina and Brazil and publicized by the Wikileaks.

Keywords: Latin America – Military to Military Relations – United States, Foreign Policy, International Security.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	América Latina: Assistência Econômica e em Segurança	119
Gráfico 2	América do Sul: Assistência Econômica e em Segurança	120
Gráfico 3	Cone Sul: Assistência Econômica e em Segurança	120
Gráfico 4	Principais Receptores de Assistência em Segurança (2000-2016)	121
Gráfico 5	Treinamentos Militares Oferecidos à América Latina	123
Gráfico 6	Treinamentos Militares Oferecidos à América do Sul	124
Gráfico 7	Importação de Sistemas de Armas pelos países da América do Sul (2001-2008)	147
Gráfico 8	Volume de importação de armas por países selecionados da América do Sul (2001-2008)	147
Gráfico 9	Importação de Sistemas de Armas pelos países da América do Sul (2009-2016)	165
Gráfico 10	Volume de importação de armas por países selecionados da América do Sul (2009-2016)	166
Gráfico 11	Assistência em segurança dos EUA destinada ao Brasil	208
Gráfico 12	Número de participantes militares brasileiros em programas dos EUA	209
Gráfico 13	Importação de Sistemas de Armas pelos Brasil	215
Gráfico 14	Assistência em segurança dos EUA à Argentina	258
Gráfico 15	Número de participantes militares argentinos em programas dos EUA	259
Gráfico 16	Importação de Sistemas de Armas pela Argentina	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percepções de Ameaça pelos Comandantes do SOUTHCOM (2001-2008)	139
Tabela 2	Percepções de Ameaça pelos Comandantes do SOUTHCOM (2009-2016)	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AEI	American Enterprise Institute
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMCHAM	Câmara de Comércio dos EUA
AMIA	Associação Mutual Israelita Argentina
Ar-Sat	Empresa Argentina de Soluciones Satelitales Sociedad Anónima
ASPA	American Servicemembers' Protection Act
AST	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas
AUC	Autodefesas Unidas da Colômbia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDS	Conselho de Defesa Sul-americano
CGT	Confederación Nacional del Trabajo
CIA	Central Intelligence Agency
CICTE	Comitê Interamericano contra o Terrorismo
CLA	Centro de Lançamentos de Alcântara
CMDAs	Conferências de Ministros de Defesa das Américas
CNAE	Comissão Nacional de Energia Atômica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CRS	Congressional Research Service
CSH	Comissão de Segurança Hemisférica
CSIS	Center for Strategic and International Studies

DCA	Acordos de Cooperação em Defesa
DEA	Drug Enforcement Administration
ELN	Exército de Libertação Nacional
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAdeA	Fábrica Argentina de Aviação
FARC	Forças Armadas Revolucionárias Colombianas
FBI	Federal Bureau of Investigations
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FpV	Frente para a Vitória
GAFIFATF	Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
GSOMIA	Acordo de Segurança Geral em Informação Militar
IED	Investimento Externo Direto
IMET	International Military Education & Training
JID	Junta Interamericana de Defesa
LAI	Lei de Acesso à Informação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão de Paz para a Estabilização do Haiti
MTCR	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
NED	National Endowment for Democracy
NSA	Agência Nacional de Segurança
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai

OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras
PIB	Produto Interno Bruto
PNAC	Project for the New American Century
PRO	Proposta Republicana
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SIPI	Stockholm International Peace Research Institute
SOUTHCOM	Comando Sul
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não Proliferação
TPI	Tribunal Penal Internacional
UE	União Europeia
UNASUL	União Sul-americana de Nações
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VLS	Veículo Lançador de Satélite
WHINSEC	Western Hemisphere Institute for Security Cooperation
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 1 Assimetria, Subordinação e Autonomia nas Relações Internacionais	25
1.1 Formação de Autoridade na Política Internacional e Relações Cliente-Patrão	26
1.2 Resignação e resistência à ordem internacional: Carlos Escudé e Robert Cox	30
1.3 A Escola da Autonomia: Juan Carlos Puig, Hélio Jaguaribe e seus críticos	33
1.4 Economia-Mundo e as Teorias da Dependência	39
1.5 Segurança e Militarização no Terceiro Mundo	44
1.6 Assimetria nas Relações Internacionais: Sintetizando	49
Capítulo 2: Relações Interamericanas em perspectiva histórica: Brasil, Argentina e Estados Unidos	53
2.1 Independência e Formação Nacional	60
2.2 A ambição de hegemonia estadunidense e o desafio europeu	68
2.3 A Consolidação da Hegemonia: O Pós II Guerra Mundial	84
2.4 A Redefinição da Hegemonia: o Pós-Guerra Fria	101
2.5 Hegemonia e Autonomia no Hemisfério Ocidental	109
Capítulo 3: A Política Exterior dos EUA para o Hemisfério Ocidental no período pós 2001	113
3.1 Entre a falta de atenção e a securitização: Uma breve análise da bibliografia sobre as Relações Interamericanas no século XXI	114
3.2 Os EUA, a distribuição de poder global e a América do Sul durante o governo de George W. Bush	125
3.2.1 A Política de Segurança e a Percepção de Ameaças na América Latina durante o governo Bush	134
3.2.2 A estratégia dos EUA frente à presença de poderes externos na região durante o governo Bush	142
3.3 Os EUA, a distribuição de poder global e a América do Sul durante o governo de Barack Obama	148
3.3.1 A Política de Segurança e a Percepção de Ameaças na América Latina durante o governo Obama	158
3.3.2 A estratégia dos EUA frente à presença de poderes externos na região durante o governo Obama	164
3.4 Os EUA e a hegemonia regional: aspectos de continuidade	169
Capítulo 4: As relações Brasil-EUA durante os governos do PT (2003-2016): autonomia heterodoxa e resignação	172
4.1 A conjuntura nacional: os governos Lula e a ascensão de uma coalizão política	172

4.2 O governo Dilma Rousseff: crise e desmonte da coalizão política	179
4.3 Política Exterior e Relações com os EUA nos governos Lula	186
4.4 Política Exterior e relações com os EUA no governo Dilma Rousseff	195
4.5 As Relações bilaterais no campo da Defesa e da Segurança Internacional	203
4.5.1 Política de Defesa, percepções de ameaças, relações entre militares e assistência externa	203
4.5.2 Indústria, Tecnologias Sensíveis e Não Proliferação	210
4.5.3 Combate ao terrorismo	218
4.5.4 Combate ao narcotráfico e ao crime organizado transnacional	223
4.6 Os governos PT e as relações com os EUA: uma síntese	227
Capítulo 5: As relações Argentina-EUA durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner (2003-2015): autonomia heterodoxa e confrontação	231
5.1 O governo de Néstor Kirchner (2003-2007): crise e consolidação de poder	231
5.2 Os governos de Cristina Kirchner: conflitos internos e restrição externa	237
5.3 Política Exterior e Relações com os EUA durante o governo de Nestor Kirchner	243
5.4 Política Exterior e Relações com os EUA durante o governo de Cristina Fernandez de Kirchner	249
5.5 As relações bilaterais no campo da Defesa e da Segurança Internacional	254
5.5.1 Política de Defesa, percepções de ameaças, relações entre militares e assistência externa	254
5.5.2 Indústria, Tecnologias Sensíveis e Não Proliferação	260
5.5.3 Combate ao Terrorismo	264
5.5.4 Combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional	269
5.6 O Kirchnerismo e os Estados Unidos: uma síntese	273
Considerações Finais	277
Referências	285
APÊNDICE 1– Entrevistas Realizadas	315

Introdução

O tema dessa tese corresponde às relações entre os Estados Unidos (EUA) e América Latina no início do século XXI, tendo como foco os casos de Brasil e Argentina e os temas atinentes à área de Segurança Internacional. No que se refere a esse tema, cabe destacar que o fator mais marcante e evidente se refere à intensa assimetria de poder entre os EUA e a América Latina. Portanto, são relações que podem ser enquadradas no âmbito mais geral das dinâmicas entre grandes potências e países periféricos. Todavia, possuem importantes particularidades e, deste modo, entender o desenvolvimento histórico e a construção da hegemonia estadunidense torna-se essencial para explicar as dinâmicas hemisféricas.

Desde o século XIX, os EUA atuaram para garantir sua hegemonia e limitar a presença de outras potências na região, o que não impediu o surgimento de formas de resistência por parte dos países relativamente menos poderosos, que buscaram contrabalancear a situação geopolítica. Em determinados momentos históricos, no entanto, os países da região procuraram aproximar-se dos Estados Unidos e a cooperação manteve-se como uma característica relevante das relações internacionais no Hemisfério Ocidental. Assim, as relações hemisféricas são ambíguas e oscilam entre momentos de maior cooperação intercalados com outros de maior resistência por parte dos países latino-americanos.

Em outras palavras, embora as relações hemisféricas tenham se desenvolvido com base em um paradigma de clientelismo – de cooperação assimétrica no campo militar – e de dependência econômica – de produção nacional condicionada por decisões e estruturas externas – esses dois fatores foram questionados em alguns períodos, havendo resignação em outros momentos. Assim, não há uma profundidade da cooperação no âmbito militar como prevalecente entre os aliados mais tradicionais dos EUA, como são Austrália, Canadá e Inglaterra. Embora exista uma institucionalização frouxa da cooperação militar, materializada no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e na Junta Interamericana de Defesa (JID), não foi formada uma organização militar operacional e são recorrentes os episódios nos quais a maioria dos países latino-americanos não oferece apoio diplomático ou militar aos conflitos armados liderados pelos EUA.

Nesses processos, destacam-se os casos de Brasil e Argentina, países com capacidades relevantes em âmbito regional e que já buscaram projeção de poder no sistema internacional. Ambos também atuaram no sentido de manutenção da estabilidade sul-americana e buscaram liderança regional de forma duradoura. Nos dois casos, as dinâmicas de clientelismo e a busca de autonomia estiveram presentes, embora de forma mais marcante no caso argentino.

No caso brasileiro, o consenso interno sobre a aliança informal com os EUA começou a se deteriorar nos anos 1930. A partir de então, o país passou a ter uma postura mais assertiva, buscando barganhar com a potência e, a partir dos anos 1960, surgiu um paradigma de política exterior baseado na diversificação de parcerias. Este modelo foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e retomado na década seguinte, ainda durante o regime autoritário.

Já no caso argentino, durante a primeira metade do século XX, o país possuiu uma política externa distante e, em vários aspectos, conflitiva com os EUA, ao mesmo tempo em que mantinha relações especiais com a Inglaterra. Durante os primeiros governos de Perón (1945-1955), surgiu uma nova posição em Política Exterior, marcada pela busca de industrialização, no plano interno, e autonomia, no plano externo. Tratava-se de uma postura de terceira via em um mundo binário. Contudo, após 1955, iniciaram-se as oscilações entre tentativas momentâneas de aproximação, intercaladas com a assertividade e busca de autonomia em relação aos EUA.

Em ambos os casos, após a redemocratização dos anos 1980, não houve estabilização nas relações com os EUA. A aproximação dos anos 1990 foi seguida de busca por autonomia nos anos 2000, com características e nuances próprias em cada um dos países. Desde 2016, liderados por governos de orientação econômica liberal, ambos voltaram a aproximar-se da potência, o que se expressou também nos temas de segurança internacional. Assim, ao contrário do que prevê o realismo, as políticas exteriores de ambos os países são caracterizadas mais pelas oscilações que pelas continuidades¹.

Esse contexto suscita perguntas de caráter geral: O que explica a alternância de momentos de cooperação com os EUA e outros em que – apesar da nítida assimetria de poder – a Argentina e o Brasil buscam ampliar a autonomia frente à potência? Por quais razões o Brasil e a Argentina não se acomodam a um sistema interamericano no qual a defesa contra

¹ A literatura de Política Exterior Brasileira muitas vezes ressalta a existência de continuidade nos objetivos externos do país e inexistência de rupturas importantes. Contudo, especialmente quando analisamos as relações com os EUA, as diferenças empíricas entre diferentes governos são bastante importantes: há diferenças entre políticas exteriores informadas por maior ênfase nas parcerias tradicionais, com os EUA e a Europa, e aquelas que buscam diversificação de parcerias e tem importante foco nas relações com países emergentes e com a América Latina. Vigevani e Cepaluni (2007), por exemplo, identificam três estratégias de busca de autonomia: pela distância, pela participação e pela diversificação. Já Maria Regina Soares de Lima (1994), entende que há dois paradigmas de política exterior: o das relações especiais com os EUA e o globalismo, baseado na diversificação de parcerias. Embora o segundo tenha dominado grande parte da segunda metade do século XX, atualmente as iniciativas de aproximação com os EUA são relevantes. Nesse sentido, Carlos Estevam Martins sustenta que “houve mudanças [na Política Exterior do regime militar] [...] de grande importância e [...] por isso mesmo, já está mais do que na hora de os cientistas sociais brasileiros fazerem essa constatação factual mínima, a fim de que possam, num segundo momento, desincumbirem-se da tarefa que é precipuamente a sua, qual seja, a de identificar os fatores que explicam a ocorrência das transformações verificadas” (MARTINS, 1975 p. 55)

ameaças extra regionais é garantida pela potência dominante? Quais foram os fatores que possibilitaram a busca de autonomia no início do milênio e quais levaram ao esgotamento do processo contemporaneamente?

De forma central, o **problema de pesquisa** é: Por que houve, no Brasil e na Argentina, uma retomada dos projetos de autonomia com relação aos Estados Unidos no início do século XXI e como ele expressou-se no campo da segurança internacional? Como **hipótese**, entende-se que a retomada dos projetos de autonomia foi provocada pelas mudanças nas coalizões politicamente predominantes na Argentina e no Brasil e pelas mudanças no cenário internacional, com o aumento da atuação chinesa na América Latina. Não houve negligência dos EUA em relação à região e, apesar dos desafios impostos pela China, a potência hegemônica manteve a capacidade de impor custos e incentivos aos governos latino-americanos. A cooperação no campo da segurança, incluindo as relações entre os militares e os agentes de segurança pública, permaneceu um sustentáculo importante da influência estadunidense.

O **objetivo central** da pesquisa é compreender por que houve, no Brasil e na Argentina, uma retomada do projeto de autonomia com relação aos Estados Unidos no início do século XXI e como ele expressou-se no campo da segurança internacional. Os objetivos específicos são: i) examinar como as relações interamericanas desenvolveram-se historicamente e identificar os momentos de alinhamento e de busca de autonomia; ii) analisar fatores no nível sistêmico, referentes a configuração da ordem internacional no início do século XXI; iii) analisar a Política Externa, ressaltando os temas de segurança, dos Estados Unidos para a América Latina no início do século XXI; iv) identificar fatores de ordem interna na Argentina que condicionam a política exterior no início do século XXI; v) identificar fatores de ordem interna no Brasil que condicionam a política exterior no início do século XXI; vi) analisar como os movimentos de busca de autonomia refletiram na Política Exterior de ambos os países, ressaltando temas referentes à segurança internacional; vii) analisar como as relações entre Brasil, Argentina e Estados Unidos desenvolveram-se considerando temas específicos no campo da Segurança Internacional.

O tema de pesquisa é relevante pois as relações com os Estados Unidos são definidoras das estratégias de política exterior de Brasil e Argentina e influem em suas dinâmicas sociais. As modificações das relações bilaterais com a potência nas últimas décadas foram pouco estudadas, especialmente do ponto de vista da segurança internacional. O foco no século XXI é interessante por sua relevância para entender as transformações na contemporaneidade. Apesar do predomínio da busca de autonomia, em ambos os países, é possível identificar forças políticas que demandavam a retomada de um clientelismo forte e proximidade com a potência.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi conduzida com base em dois estudos de caso: as relações Brasil-EUA e Argentina-EUA no campo da segurança internacional considerando o período entre 2003 e 2015. O estudo de caso é uma estratégia de “investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real [...] onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis” (MARTINS, 2006, p. xi). Trata-se de uma estratégia de pesquisa que, embora baseada em um quadro teórico inicial, ocorre de forma predominantemente indutiva, sendo adequada para a construção de teorias. Os estudos de caso devem ser replicáveis, o que torna possível a generalização posterior, lapidando e aprofundando enunciados propostos.

Assim, a partir dos estudos de caso pretende-se chegar a *insights* sobre as relações interamericanas. Contudo, há que apontar os limites da pesquisa e ponderar que a pretensão de generalização deve ser feita com cautela. Em primeiro lugar, as especificidades locais têm também impactos relevantes. Sem abandonar os elementos macro – referentes ao contexto internacional em que os países periféricos se inserem e que impõem pressões e constrangimentos – há que se levar em consideração as relações de força locais, que se modificam ao longo do tempo. Nas palavras de Cruz (2007, p. 133), “integrar o nacional e o internacional em um esquema explicativo” é um dos desafios da pesquisa.

Ainda assim, entende-se que o estudo das relações bilaterais dos EUA com o Brasil e a com Argentina traz *insights* relevantes seja para o estudo das relações interamericanas e contribui para o estudo das relações entre grandes potências e países periféricos. Busca-se, portanto, identificar padrões de atuação dos EUA e possibilidades de resistência dos países latino-americanos. Em segundo lugar, não se pressupõe independência entre os casos. Os acontecimentos políticos na América Latina têm possibilidade de se difundirem regionalmente, assim como as estratégias de busca de autonomia reforçam-se mutuamente quando levadas a cabo por diversos países da mesma região. Nesse processo há, inclusive, coordenação política entre os atores.

Os estudos foram conduzidos a partir de pesquisa documental, consulta a base de dados e entrevistas. Foram utilizadas fontes diversas, como documentos abertos divulgados pelos Ministérios de Relações Exteriores e pela Presidência dos três países, discursos de autoridades e, de forma complementar, entrevistas. Foram utilizados, ainda, telegramas produzidos pelas embaixadas dos Estados Unidos na Argentina e no Brasil e divulgados pelo portal *Wikileaks*².

² A pesquisa teve como base a Biblioteca Pública de Diplomacia dos EUA montada pelo portal *Wikileaks* a partir de documentos desclassificados, documentos obtidos através de Lei de Acesso a Informação e documentos confidenciais vazados e enviados ao portal. A coleção da base de dados mais útil à nossa pesquisa refere-se ao

Também foi feito uso de bases de dados sobre assistência em segurança e transferência de armamentos, organizadas pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) e pelo *Center for International Policy*. Buscou-se, sempre que possível, realizar triangulação de dados e checar as informações em mais de uma fonte.

As entrevistas foram feitas, em sua maior parte, com diplomatas brasileiros e estadunidenses e encontram-se elencadas no Apêndice 1. Com relação aos documentos, foi feito importante uso de relatórios do Departamento de Estado, dos EUA, especialmente aqueles sobre combate ao narcotráfico e terrorismo. Os estudos preparados pelo *Congressional Research Service* (CRS), vinculado ao Congresso dos EUA também foram de grande valia. Além desses, as Estratégias de Segurança Nacional e os discursos anuais do comandante do Comando Sul (SOUTHCOM) foram analisados com o objetivo de entender a perspectiva estadunidense.

Com relação às fontes utilizadas, alguns esclarecimentos são necessários. Em primeiro lugar, cabe pontuar que o governo dos Estados Unidos divulga documentos abertos de forma abundante e facilmente acessível, o que não acontece com a mesma intensidade no que se refere ao Brasil e à Argentina. Essa situação é agravada pelo fato de que os documentos vazados pelo *Wikileaks* dizem respeito a telegramas enviados de embaixadas estadunidenses ao Departamento de Estado – ampliando ainda mais as fontes referentes à perspectiva estadunidense, sem que a contrapartida fosse possível. Assim, manter uma visão equilibrada das perspectivas nacionais foi um desafio ao longo do processo de pesquisa.

O problema de pesquisa implicou a revisão de diversas correntes de literatura. Foi necessário abranger estudos que tinham como objeto relações entre grandes potências e países menos poderosos, a estratificação do sistema internacional e a política exterior de países periféricos. O estudo de relações entre grandes potências e países periféricos não é central no âmbito das teorias mais clássicas das Relações Internacionais, disciplina que se dedicou a entender especialmente as relações entre as grandes potências. A assimetria de poder traz consequências e especificidades inexistentes nas relações mais horizontais entre as potências. As relações centro-periferia fragilizam a própria noção de anarquia, uma vez que as decisões nacionais de países periféricos são fortemente constrangidas por fatores externos, como abordaremos no primeiro capítulo.

Também é necessário, em um primeiro momento, abordar os conceitos centrais empregados ao longo da tese. Nesse trabalho, o foco central refere-se à atuação internacional

“Cablegate”, composta de telegramas diplomáticos enviados ao portal, compreendendo o período da primeira década do século XXI. Os telegramas foram vazados por Chelsea Manning, que trabalhava como analista de inteligência do Exército americano.

dos Estados em questões estratégicas e que envolvem as burocracias destinadas ao uso da força estatal. A existência de duas burocracias estatais destinadas ao emprego da força nos Estados modernos deve-se às diferenças entre as formas de uso da coerção, sendo que há uso protetor da força em âmbito interno e ao uso letal da força no âmbito externo. De acordo com Saint-Pierre:

[...] a natureza da força na sua projeção interna é *protetora* do súdito e *conservadora* da ordem, e se emprega em regime de monopólio. É o que se conhece como “segurança pública”, “segurança interna”, “segurança cidadã”, que normalmente é administrada, na complexidade do estado moderno, pelo Ministério da Justiça, Ministério do Interior e, mais recentemente, pelo Ministério da Segurança, criado ante o aumento do tipo de ameaças que intranquilizam a cidadania em geral. Por sua vez, com uma natureza de *letalidade defensiva*, o monopólio da força destina-se, em regime de livre concorrência, a eliminar as fontes de potencial hostilidade à unidade decisória e dissuadir as intenções de hostilidade contra a ordem da unidade política [o que corresponde às atribuições do Ministério da Defesa] (SAINT-PIERRE, 2011, p. 425).

Como exemplo da separação entre as funções internas e externas do uso da força estatal, pode-se citar a legislação dos EUA: o *Posse Comitatus Act* de 1897, impedia o uso das Forças Armadas internamente em missões de aplicação da lei [*law enforcement*]. Às Forças Armadas, reservava-se a função de Defesa, de proteção da soberania frente a outros Estados que ameaçassem a unidade territorial. No entanto, em 1981, a lei foi emendada, permitindo que as Forças Armadas auxiliassem as forças de segurança pública em vigilância e inteligência, além de promover treinamento e aconselhamento em temas relacionados ao combate ao narcotráfico e à entrada de substâncias ilegais nos EUA (ZIRNITE, 1997).

Assim, houve uma relativização da separação entre o âmbito interno e externo do uso da força estatal, ou seja, entre segurança pública e defesa. De forma semelhante, em análise focada em dados empíricos da Europa no pós Guerra Fria, Bigo (2000) percebe um movimento de “desdiferenciação” entre a segurança interna e externa e, conseqüentemente, das duas burocracias estatais destinadas ao uso da força. A aproximação das funções das duas burocracias na Europa ocorreu após um período de intensa separação entre as funções relacionadas à guerra e ao policiamento. No caso da América Latina, durante o período da Guerra Fria, os regimes autoritários buscaram combater os grupos de esquerda a partir da força, sendo tais grupos percebidos como inimigos internos no âmbito das Doutrinas de Segurança Nacional. O resultado foi elevada militarização e um processo traumático para tais sociedades marcado pelo uso abusivo da força estatal (LÓPEZ, 1987; RODRIGUES, 2012; SAINT-PIERRE, 2011).

No período contemporâneo, o emprego interno das Forças Armadas na América Latina é justificado pela alegada necessidade de combate ao crime transnacional e aos narcotraficantes, os quais teriam se sofisticado em termos de armamento e potencial de fogo, tornando a ação

policial insuficiente. Por outro lado, verifica-se uma coordenação das forças de segurança pública em nível internacional, em reação ao mesmo “crime organizado transnacional”. Tal processo ocorre muitas vezes a partir da internacionalização de agências de segurança dos EUA – como a *Drug Enforcement Administration* (DEA) – e treinamentos a policiais latino-americanos oferecidos pela potência norte-americana.

Assim, percebe-se uma aproximação entre ambas as burocracias, com as Forças Armadas atuando na América Latina em funções de segurança pública³, especialmente no combate ao narcotráfico. As agências policiais e de segurança pública também são influenciadas e orientam-se para o internacional, participando de redes de cooperação internacional e identificando seu alvo como “transnacional”. Há, nesse sentido, um processo de “policialização” das Forças Armadas, o que diminui sua eficácia na função de Defesa da soberania, e de militarização da segurança pública, com o aumento da violência estatal (SAINT-PIERRE, 2011). Portanto, também na América Latina é possível identificar um processo de “desdiferenciação” entre defesa e segurança interna, que tem causado aumento da violência estatal sem, necessariamente, solucionar o problema da criminalidade (RODRIGUES, 2012; ZIRNITE, 1997).

Nesse trabalho, busca-se analisar temas concernentes a ambas às faces do emprego da força estatal, com o objetivo de sintetizar as mudanças contemporâneas e a influência dos EUA na América Latina. Entende-se que a atuação internacional das forças armadas e das forças de segurança pública são faces da Política Exterior, pois ambas são instrumentos estatais utilizados no intercâmbio com outras unidades políticas. No caso dos Estados Unidos, a promoção de treinamento militar e policial, por exemplo, é pensada como uma forma de expansão de sua influência no Hemisfério Ocidental e de difundir sua agenda de segurança.

Com relação à definição de Política Exterior, de acordo com Aron (2002), trata-se da atuação internacional dos Estados, que ocorre por duas gramáticas: a da estratégia, representada pelo soldado, e a da diplomacia, representada pelo diplomata. As duas gramáticas são complementares e – do ponto de vista ideal – devem ser articuladas politicamente. De acordo com o autor “[...] a distinção entre diplomacia e estratégia é relativa. Os dois termos denotam aspectos complementares da arte única da política – a arte de dirigir o intercâmbio com outros Estados em benefício do ‘interesse nacional’” (ARON, 2002, p. 72). A Política Exterior

³ Como será apresentado no capítulo 4, na Argentina houve um importante esforço de separação entre as questões de defesa e de segurança interna no período pós 1983, quando foi impedido que as Forças Armadas atuassem internamente. No caso brasileiro, apesar das resistências civis e militares sobre atuação o interna das Forças Armadas, gradualmente, passou a existir maior envolvimento das mesmas em questões internas.

contempla, assim, dinâmicas de convencimento e de imposição da vontade de uma unidade política por meio da diplomacia ou pelo uso da força.

Nesse mesmo sentido, conforme Caporaso *et al* (1986, p. 9, tradução livre), o foco central do estudo acadêmico da Política Exterior são “[...] as políticas [*policies*] e ações dos governos nacionais orientadas ao mundo exterior, além de suas jurisdições políticas”. Os autores apontam ainda que “[...] as políticas militares/de segurança são, em todos os aspectos, um tipo de Política Exterior” (CAPORASO *et al*, 1986, p. 12, tradução livre). Logo, a atuação internacional dos Estados no campo da Defesa é pensada aqui como parte da Política Exterior, assim como os mecanismos de cooperação em segurança pública.

Cabe pontuar que, embora os Estados periféricos não possuam a capacidade para impor-se através da força, a face militar da política exterior está presente e há possibilidade de dissuasão e de resistência. A atuação no plano estratégico ocorre de duas formas: através de cooperação militar e alianças constituídas para amenizar a debilidade, ou através de projetos que visam aumentar a capacidade de projeção e a própria força militar. Nesse último caso, visa-se à produção de armamentos ou são promovidos programas de pesquisa e projetos de desenvolvimento tecnológico estratégicos, especialmente nas áreas nuclear e espacial.

Assim, a Política Exterior é entendida aqui como a atuação internacional dos governos e burocracias estatais em seu relacionamento com outras unidades políticas. Portanto, a Política Exterior não abrange apenas a diplomacia – uma forma de atuação externa conduzida por profissionais específicos e caracterizada pela existência de representação nacional no exterior. A atuação internacional das Forças Armadas é uma outra faceta da Política Externa. No período contemporâneo, outras burocracias também são fortemente internacionalizadas, sendo inseridas em regimes internacionais. As polícias, por exemplo, fazem parte de regimes de cooperação e possuem relações cooperativas com contrapartes estrangeiras. Em regimes democráticos, espera-se que a orientação e a atuação das burocracias sejam subordinadas às decisões tomadas pelos governos legitimamente eleitos. Nesses casos, portanto, a orientação e as decisões de Política Exterior são tomadas pelo governo, sendo executadas pelos diplomatas, militares e outros instrumentos estatais. As decisões governamentais, contudo, são frutos de embates, de disputas travadas no seio do poder Executivo ou nas relações entre os poderes Executivo e Legislativo (SAINT-PIERRE, 2010).

As decisões governamentais em Política Exterior também sofrem pressões de grupos políticos e econômicos internos e externos e, por conseguinte, o conteúdo e a orientação da política exterior são resultantes de disputas domésticas e dos constrangimentos internacionais. A política exterior é resultante de um processo histórico complexo, que envolve tanto as

interações sociais internas quanto a relação do Estado com o sistema internacional. Os interesses que guiam a política exterior não são dados, mas são contingentes a essas relações, são frutos de disputas internas. O “interesse nacional” não possui um conteúdo simples, mas é determinado pela condição geopolítica e pela correlação de forças internas, nas quais envolvem-se as elites das burocracias, as classes dominantes e as classes populares (COX, 1981).

Por outro lado, o sistema internacional é marcado por uma divisão internacional do trabalho, o que significa que as decisões de produção e investimento dos agentes econômicos nos países periféricos são, por vezes, tomadas externamente e que a produção econômica nacional depende de bens e formas de organização desenvolvidas no exterior. As intensas assimetrias de poder militar, por sua vez, constroem as decisões políticas, sendo que os líderes sul-americanos precisam preocupar-se com as reações dos Estados Unidos, as quais tem efeitos importantes sobre o destino nacional.

A concentração de poder nos Estados Unidos permite que o país possa buscar uma posição de hegemonia, uma situação na qual sua preponderância econômica e militar é combinada com um aspecto ideacional, com a expansão e internacionalização de ideias e com certas concessões aos mais fracos, visando a que a posição de preponderância não seja contestada e que interesses particulares sejam reformulados como universais (COX, 1981). No caso da América Latina, contudo, a posição dos Estados Unidos tende a ser questionada em certos períodos e por certos governos, que buscam ampliar suas margens de autonomia. Assim, a hegemonia dos EUA – ou, ao menos, seu elemento ideacional e formador de consenso – possui debilidades importantes. Como apontado por Wallerstein, a hegemonia é instável e tende a gerar contestações em longo prazo (WALLERSTEIN, 1984).

A busca de autonomia esteve presente no Brasil e na Argentina como um conceito importante de política exterior. Autonomia refere-se à capacidade de tomar decisões próprias, não determinadas externamente (PUIG, 1984). Entre as estratégias de autonomia identificadas por Puig (1984) destacam-se: i) a heterodoxa, presente quando há a aceitação da condução estratégica da potência em termos de segurança e no que se refere a seus interesses gerais, com resistências à adoção da política econômica hegemônica e busca de diversificação de parcerias e ii) a secessionista, presente quando há desafio global à potência dominante, inclusive aos seus interesses centrais.

Outra possibilidade é que as relações com a potência sejam marcadas por maior proximidade. Nesse caso, o maior desafio foi conceituar essa situação. A ideia de cooperação não ilumina uma das características centrais das relações interamericanas, que diz respeito à intensa assimetria entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Essa situação torna

pouco profícuo o uso de tal categoria. Outra possibilidade seria utilizar a noção de alinhamento para caracterizar a cooperação assimétrica na região. Contudo, “alinhamento” tende a gerar um entendimento da cooperação como sendo quase que total, sem que se abra espaço para que as nuances e pontos de divergência e tensão sejam iluminados. Considerando essa situação, o conceito de clientelismo, como definido por Carney (1989) e Sylvan e Majestik (2009) foi escolhido para conduzir a análise.

O clientelismo é entendido como uma forma de cooperação assimétrica na qual os países débeis consentem com a liderança do país central e recebem certas vantagens em contrapartida, especialmente a proteção frente a potências regionais ou globais (CARNEY, 1989; LAKE, 2009). As relações de clientelismo podem entrar em desequilíbrio, aumentando as chances de que uma estratégia de autonomia heterodoxa seja colocada em prática. Nesse caso, não há necessariamente um rompimento com o clientelismo, mas um enfraquecimento do mesmo. O clientelismo continua a existir em certos temas, mas é combinado com a maior assertividade dos mais débeis e com posturas pouco alinhadas em temas que não são centrais para a potência dominante. O clientelismo apenas é rompido com uma postura de autonomia secessionista.

Essa discussão teórico-conceitual é desenvolvida no primeiro capítulo da tese. No segundo capítulo, é feita uma breve exposição sobre a História das relações ente Argentina, Brasil e Estados Unidos. Essa discussão é importante, pois o acúmulo histórico influi nas relações contemporâneas e fornece subsídios para entender de forma mais completa as relações bilaterais contemporâneas. No terceiro capítulo, apresentamos a Política Exterior dos EUA para a América Latina e as mudanças na ordem internacional durante o século XXI.

No quarto capítulo, são apresentadas as relações bilaterais em temas de segurança internacional entre Brasil-EUA durante os primeiros anos do século XXI. O capítulo inicia-se com uma exposição da conjuntura política nacional daquele período, ressaltando os constrangimentos e mudanças críticas no governo brasileiro. A exposição das relações bilaterais no campo da segurança internacional é dividida em quatro agrupamentos de temas principais: 1) Política de Defesa, percepções de ameaças, relações entre os militares e assistência externa; 2) Indústria, tecnologias sensíveis e não proliferação; 3) Combate ao terrorismo; 4) Combate ao narcotráfico e ao crime organizado transnacional. O quinto capítulo apresenta as relações bilaterais Argentina-Estados Unidos seguindo a mesma estrutura.

Considerações Finais

O período de 2003 a 2015 representou a ascensão e a queda de um ciclo político marcado pelo predomínio de governos de centro-esquerda na América do Sul. Tratou-se de um ciclo político heterogêneo e as singularidades podem ser encontradas em cada uma das experiências nacionais. O auge ocorreu em 2008, quando os países da região pareciam não ter sido intensamente atingidos pela crise financeira internacional. Contudo, o esgotamento começou a partir de 2012, com a estagnação e posterior queda do preço das *commodities*.

O ciclo correspondeu à retomada das políticas exteriores baseadas na busca de autonomia com relação aos EUA. Houve um aparente declínio da hegemonia da potência, o que levou à percepção de um hemisfério pós-hegemônico. Essa percepção, no entanto, omitia fatos e nuances relevantes, necessárias para uma avaliação mais completa do período. Em primeiro lugar, o “giro à esquerda” não atingiu toda a região. Chile, Peru e Colômbia mantiveram importantes relações de clientelismo com os Estados Unidos, assim como políticas econômicas neoliberais. Por outro lado, nos países governados pela centro-esquerda, a busca de autonomia poucas vezes significou rompimento com os Estados Unidos, especialmente do ponto de vista militar.

Os EUA permanecem como relevante fornecedor de treinamentos e de assistência em segurança. Embora os contatos militares de países latino-americanos com a China e a Rússia tenham crescido, os EUA mantêm acesso à região e possuem um comando militar dedicado à América Latina. A hegemonia regional dos EUA tornou-se contestada – pelos governos sul-americanos e pelas incursões de potências extra hemisféricas – porém isso não significou um desengajamento da potência, que continua a exercer influência. Nesse contexto, o relacionamento bilateral com a Colômbia tornou-se um sustentáculo importante à hegemonia estadunidense no Hemisfério Ocidental, sendo que o país se tornou o maior aliado regional da potência.

O volume de treinamento militar não caiu após os atentados de 11 de setembro de 2001, mas diminuiu durante o governo de Barack Obama. Nesse momento, no entanto, foi compensado pelo aumento da assistência econômica. Além disso, os maiores exportadores de armas para a região são países ocidentais, aliados dos EUA, sendo que as vendas de armas russas ficaram concentradas em exportações para a Venezuela. Nos casos de Brasil, Argentina e Colômbia, por exemplo, os Estados Unidos e países da OTAN permanecem como os principais fornecedores de sistemas de armas.

No que se refere às ameaças percebidas como provenientes da região, a pesquisa empírica

mostrou que os militares dos EUA continuam identificando os vínculos com potências extra regionais como um desafio à sua primazia. Desde 2010, os comandantes do Southcom identificam a presença de China, Rússia e Irã como um desafio à “liderança” hemisférica dos EUA. Essa retórica, contudo, estava ausente nos discursos do Departamento de Estado do governo Obama, sendo que John Kerry defendeu que a Doutrina Monroe não tinha vigência no século XXI. Não se tratava de uma contradição: o governo Obama buscava gerar boa vontade na América Latina e limitar as percepções dos EUA como uma potência agressiva. Contudo, ao longo de seu governo houve relativa degradação das relações com a China, o que se expressou, regionalmente, no abandono das reuniões bilaterais para discutir a presença da potência asiática na região. O governo Trump, por sua vez, prega explicitamente a vigência da Doutrina Monroe, o que pode ser lido como a intenção da potência em manter sua área de influência. Entre os dois presidentes, há uma diferença tática, que se refere à busca de manipular as percepções regionais, e também uma diferença de contexto, marcada pelas maiores dificuldades bilaterais China-EUA no momento contemporâneo.

Os militares dos EUA também identificam ameaças de caráter interno, especialmente tráfico de drogas e terrorismo. De forma geral, existe adesão latino-americana à luta contra o narcotráfico. Entre os países sul-americanos, a DEA mantém escritórios em todos os países, com a exceção da Bolívia. Mesmo no caso boliviano, os EUA mantiveram certo acesso e influência na luta antinarcóticos através de um acordo trilateral assinado com o Brasil e com a Bolívia. Cabe ressaltar que a descriminalização da maconha em estados dos EUA não significou grandes modificações da Política Exterior da potência sobre o tema, embora tenha tornado impraticável condenar o Uruguai pela descriminalização da planta em seu território nacional.

No caso da guerra ao terror, apesar de a América Latina ser uma região marginal, houve demanda dos EUA para a criação de aparatos nacionais destinados a conter a percebida ameaça. Nos casos de Brasil e Argentina, foram adotadas legislações antiterrorismo específicas. A lavagem de dinheiro foi associada ao tráfico de drogas e ao financiamento ao terrorismo e também existiram demandas estadunidenses referentes a essa questão, internalizadas por Brasil e Argentina.

Os estudos de caso sobre as relações bilaterais com o Brasil e com a Argentina foram de grande valia para entender as dinâmicas hemisféricas de forma mais profunda. A partir desses casos, argumentou-se que a mudança das coalizões politicamente predominantes levou a uma mudança de política exterior. Houve uma retomada da busca por autonomia, o que não significou necessariamente confrontação em relação aos EUA. Essa situação foi fortalecida pela mudança na ordem internacional e, especialmente, pelo crescimento chinês.

A demanda chinesa por matérias primas contribuiu para o crescimento econômico dos países sul-americanos, trazendo maior margem de manobra aos governos. No plano interno, o momento econômico favorável permitiu estabilizar as alianças de classe, gerando ganhos para a maior parte dos setores econômicos. Os governos de Brasil e Argentina buscavam suporte nos trabalhadores e no subproletariado – existindo vínculos com os sindicatos e criação de programas de transferência de renda. Houve tentativa de reativação industrial, porém os resultados não foram satisfatórios. O crescimento chinês era uma fonte de estímulo aos setores agroexportadores, porém era um constrangimento para a indústria latino-americana.

No plano externo, foram retomadas as estratégias baseadas na autonomia heterodoxa por parte dos dois países. Não houve rompimento com os EUA, porém mudança na política econômica, busca de novas parcerias e identificação de interesses divergentes aos da potência dominante. A cooperação regional ganhou fôlego e foi priorizada, inclusive em áreas estratégicas, como fica claro pela criação do Conselho de Defesa Sul-americano, vinculado à Unasul. Na segunda década do século XXI, no entanto, as condições econômicas e políticas modificaram-se em ambos os países, o que contribuiu para o declínio da coalizão política representada pelos governos do PT e pelo casal Kirchner. A estagnação e queda no preço das *commodities*, a partir de 2012, levou a maiores dificuldades na promoção do crescimento nacional.

Existiram relevantes diferenças entre os casos brasileiro e argentino. Em primeiro lugar, o governo brasileiro prezou por uma estratégia de conciliação, tanto interna quanto externamente. Buscava-se garantir ganhos para todos os setores econômicos e as políticas sociais não foram feitas em detrimento das classes mais privilegiadas. Além disso, os militares foram atraídos para a coalizão política, através da retomada dos investimentos em defesa e, no momento de crescimento, aumento dos salários. A busca de construir a memória sobre o regime militar e fortalecer o ministério da defesa foram mais discretas em comparação ao caso argentino.

A manutenção da estratégia de conciliação foi dificultada durante a gestão de Dilma Rousseff, especialmente pela estagnação do crescimento econômico. Nesse momento, as tensões entre o governo, os militares e frações da burguesia se fortaleceram, sem que o governo incentivasse a mobilização popular. Foram tomadas medidas que desagradaram os militares, como a constituição da Comissão Nacional da Verdade e a revogação do *status* ministerial do GSI. As críticas à política econômica e à política externa também cresceram, assim como a instabilidade política interna. Após a reeleição de 2014, a condução da política econômica foi hesitante. A campanha eleitoral foi marcada pela promessa de políticas econômicas heterodoxas, porém, Rousseff retomou o neoliberalismo no primeiro ano de seu segundo

governo. Ao mesmo tempo, a nova direita fortaleceu-se e ganhou apoio popular, dando fôlego ao processo de *impeachment*/golpe contra a presidente.

No que se refere às relações com os EUA houve hesitação nas duas gestões de Rousseff. As dificuldades foram condicionadas, em parte, por um fator imprevisível: o vazamento de que a NSA havia realizado atividades de espionagem ao Palácio do Planalto e à Petrobrás. A reação da presidente foi enfática, cancelando uma visita de Estado à Washington. Contudo, em 2015, Rousseff visitou a Casa Branca e entregou a ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa (DCA). Esse acordo, de caráter mais geral, serve como um tratado guarda-chuva, e abriu espaço para a assinatura de novos acordos e ampliação da cooperação em Defesa no momento contemporâneo. Ao contrário do caso argentino, as visitas presidenciais mantiveram-se como um mecanismo importante das relações bilaterais durante todo o ciclo progressista. A busca de autonomia foi combinada com acomodação e manutenção de um clientelismo limitado. A adoção de um discurso crítico à ordem internacional poucas vezes levou às críticas diretas e explícitas aos EUA.

No caso argentino, a confrontação ganhou espaço como tática de construção de poder, tanto no plano interno quanto no externo. Desde os primeiros anos da presidência de Néstor Kirchner, parte da legitimidade do governo foi construída pela crítica aos organismos multilaterais de crédito e pela adoção de políticas de memória e verdade sobre o regime militar, por meio das quais angariou-se suporte das classes médias progressistas e dos organismos de direitos humanos. Houve uma renovada aposta por uma “burguesia nacional” e tanto a indústria quanto o agronegócio foram beneficiados pela pesificação. Contudo, as relações do governo com o agronegócio foram tensas. O capital financeiro internacional teve perdas relacionadas com a renegociação da dívida e com a adoção de políticas econômicas heterodoxas.

Durante o governo de Néstor Kirchner, as insatisfações foram contidas pelo relevante crescimento econômico e pela recuperação da crise, porém sua sucessora teve que lidar com uma situação interna e externa mais complexa. Ao longo do governo de Cristina Kirchner, as relações entre o governo e a burguesia agroexportadora deterioraram-se. A presidente apoiou-se mais fortemente em movimentos sociais e populares e – paralelamente – houve intensificação da retórica e das ações de vertente anti-imperialista. Não parece ter sido aleatório que o questionamento aos treinamentos oferecidos pela potência tenha ocorrido em 2011, um ano eleitoral. A cooperação assimétrica foi mantida em alguns aspectos e não houve desafios globais à potência – especialmente no que se refere à não proliferação de armas nucleares e mísseis. Ao mesmo tempo, o governo argentino fazia críticas explícitas ao governo dos Estados Unidos, identificando o treinamento militar como fonte de desrespeito aos direitos humanos.

A limitação imposta pela Argentina aos treinamentos oferecidos pela potência e sua decisão de não envolver os militares na luta contra o narcotráfico oferecem subsídios importantes para analisar se os EUA demandavam o uso de Forças Armadas para conter tais mazelas. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, até 2011, a potência desenvolveu significativa cooperação com as instituições policiais da Argentina e mantinha capacidade de observação e influência nas práticas de luta contra o narcotráfico e contra o terrorismo. Ao mesmo tempo, o incipiente envolvimento das Forças Armadas argentinas na “guerra às drogas”, a partir do Operativo Escudo Norte, ocorreu ao mesmo tempo em que a Argentina limitava relações militares e policiais com a potência. O caso argentino mostra que a pressão dos EUA se refere mais ao combate de tais ameaças, sendo menos importante o instrumento utilizado para fazê-lo. Ainda assim, a pressão contribuiu ao envolvimento dos militares, em razão das debilidades das forças policiais latino-americanas, o que não foi criticado em nenhum momento pelos EUA, que viram o operativo Escudo Norte, por exemplo, como um mecanismo relevante e benéfico. Portanto, a pressão dos EUA para que tais temas sejam priorizados é um fator que contribui ao uso interno dos militares.

As diferenças das relações Brasil-EUA e Argentina-EUA também se relacionam com a percepção da potência sobre o papel brasileiro de liderança na América do Sul. O tamanho da economia brasileira tornava-o um ator importante não apenas em termos hemisféricos, mas também mundiais. O Brasil era percebido como um ponto central da estratégia estadunidense para a América do Sul e havia uma demanda para que o país atuasse de forma a conter o percebido populismo que aflorava nos Andes. As respostas brasileiras, no entanto, diferiam das expectativas do Norte, sendo que o país buscava diálogo e incorporação dos governos venezuelano e boliviano em esquemas de cooperação. O Brasil aceitava um papel de moderador, porém tinha uma perspectiva diferente dos EUA, ao considerar Chávez e Morales como líderes legítimos e democráticos. As maiores dificuldades bilaterais surgiam das ambições de projeção mundial brasileira, como representado pela tensão gerada com o acordo Turquia-Irã-Brasil sobre o programa nuclear do país persa.

Por outro lado, a Argentina era percebida como menos relevante para a estratégia regional da potência. A ideia da Argentina como uma liderança surgiu rapidamente no início do governo Macri, mas logo se esvaneceu. A economia disfuncional do país é um dos fatores mais importantes para que essa situação se imponha. A fragilidade financeira e a restrição de capital internacional são um condicionante de maior importância para o país platino, o que não se apresenta com a mesma intensidade no caso brasileiro. Durante o governo de Cristina Kirchner, essa situação gerou conflitos com os EUA, especialmente em razão da decisão de Nova York a

favor dos fundos abutres e contra o governo argentino. A escolha do governo argentino foi a de voltar-se para a China, aprofundando a parceria bilateral e construindo um novo tipo de clientelismo, que implicou na escolha do país como provedor de tecnologia nuclear e na concessão de espaço em Neuquén para a construção de uma estação espacial chinesa. A decisão argentina, portanto, mostra a importância da configuração do sistema internacional, sendo que tal tática teria conotações diferentes caso as relações EUA-China fossem mais confrontativas e a Argentina fosse mais essencial à política hemisférica da potência.

A decisão foi feita ao final do governo de Cristina Kirchner, mas não foi contestada por seu sucessor, Mauricio Macri, o qual buscou reconstruir as relações com os EUA, sem romper com a China. A vitória de Macri significou o desgaste da tentativa kirchnerista de consolidar uma aliança de classes baseada na burguesia local, nos trabalhadores e no subproletariado. O capital financeiro teve suas demandas atendidas por Macri, que no início de seu governo retirou os controles ao câmbio e às importações, além de ter pagado os fundos abutres.

A sua ascensão, assim como o golpe à Rouseff, leva ao questionamento sobre quais fatores determinaram a retirada do apoio da burguesia local aos governos progressistas. O declínio das coalizões entre frações da burguesia e trabalhadores durante a década de 1960 ocorreu pelo medo de revolução comunista. Nos anos 2000, não existia qualquer fundamento à ideia de revolução comunista na América Latina. No entanto, havia receio de radicalização dos projetos de centro-esquerda, o que se expressava na ideia de que os países se transformariam em uma “segunda Venezuela”, falácia repetida pelos opositores dos governos kirchneristas e petistas. Sem pretensão de distinguir esse como o principal motivo para a retirada de apoio das burguesias internas, cabe pontuar que a questão venezuelana foi repetida e reiterada pela oposição aos governos de esquerda nos dois casos analisados.

As dificuldades em manter o crescimento econômico também foram um fator de grande relevância e fonte de dificuldades para a permanência da coalizão entre parte da burguesia, proletariado e subproletariado. Por outro lado, cabe ressaltar que não existe uma burguesia nacional e industrial pura – esta também foi financeirizada e comporta-se de forma parecida ao capital transnacional em alguns momentos. O mesmo poderia ser dito das empresas transnacionais que possuem força nos dois países e, como mostrado pelos relatórios das Embaixadas dos EUA, favorecem políticas de liberalização comercial e mantém contato com o governo da potência através das relações entre os diplomatas e a AMCHAM. Conceber as mudanças internas a partir das coalizões no poder mostrou-se profícuo, porém cabe ressaltar a necessidade e a conveniência de maior aprofundamento e de maiores estudos nesse campo.

A ascensão de Macri e de Bolsonaro mostrou que as análises sobre um hemisfério pós-

hegemônico eram contaminadas por uma euforia, que se frustrou no momento atual. Ambos os governos buscaram reconstruir as relações com Washington. No caso brasileiro, o *impeachment* é visto por parcelas da população brasileira como tendo origem em Washington, em um *dejà vu* do golpe militar de 1964. Essa percepção, embora não possa ser comprovada, tem base em evidências. O Departamento de Estado mantinha relações de cooperação e compartilhamento de informações com o judiciário brasileiro e o ex-juiz Sérgio Moro recebeu treinamento nos Estados Unidos. Esses aspectos de continuidade da influência estadunidense não foram questionados pelos governos do PT. Nesse ponto, abre-se uma nova agenda de pesquisa de grande relevância, que se refere à análise sobre como se estruturam e intensificaram-se às relações entre o judiciário dos EUA e suas contrapartes na América Latina nos anos 2000.

Por outro lado, é imperativo reconhecer que houve mudanças importantes na influência dos EUA no Hemisfério Ocidental durante os anos 2000. Contemporaneamente, os limites à hegemonia decorrem da disputa empreendida por potências extra hemisféricas, especialmente a China. Cabe ressaltar que as relações com a China reproduzem a dependência sul-americana e contribuíram para a intensificação da produção agroexportadora e do extrativismo, mas não promoveram desenvolvimento industrial ou tecnológico. A China não impõe condicionalidades em termos de política econômica para realizar empréstimos, mas demanda participação de empresas chinesas nos projetos de infraestrutura e garante os pagamentos por meio de contratos com base, por exemplo, em exportação de petróleo.

Embora a existência de uma hegemonia disputada marque uma diferença em relação aos anos 1990, quando se leva em conta um período histórico mais longo, percebe-se que há antecedentes. A hegemonia estadunidense já foi disputada por Inglaterra, França e Alemanha. Os países europeus mantêm elevada influência sobre os países do Cone Sul – por meio de investimentos diretos, comércio, venda de armas e influência cultural. Essa influência é menos contestada pelos EUA, por serem países aliados.

No momento atual, a influência chinesa é tolerada pelos Estados Unidos e, diferentemente da Guerra Fria, não se chegou a um momento em que seja exigido aos países da região definirem seus alinhamentos de forma clara. No entanto, cabe questionar: até quando? O agravamento das tensões bilaterais entre China e Estados Unidos e a retomada do discurso de Doutrina Monroe pelo Departamento de Estado apontam na direção de um mundo mais restritivo para os países da região. Os EUA não se mostram dispostos a aceitar um hemisfério – ou um mundo – pós-hegemônico. Resta saber se conseguirão impor-se mais uma vez ou se a tendência de declínio prevalecerá.

O esquema analítico proposto nessa tese – o argumento de que as mudanças na política

exterior decorrem de transformações no sistema internacional e de mudança nas coalizões politicamente predominantes – também poderia ser para aplicado para analisar outros casos nacionais e outras conjunturas, como a contemporânea. As situações internas mostram-se essenciais para entender de forma mais completa o turbulento momento pelo qual passa a América do Sul. As maiores dificuldades da configuração da ordem internacional, referentes ao fim do momento de auge no preço das *commodities* e às maiores tensões nas relações EUA-China não afetaram da mesma forma os países da região, sendo necessário integrar à análise fatores de ordem interna. O esquema também poderia ser aplicado aos casos venezuelano e boliviano, nos quais as políticas de autonomia aproximaram-se mais do modelo secessionista, ao mesmo tempo em que as mudanças políticas internas também foram mais intensas. Ao mesmo tempo, na Colômbia, a manutenção de um clientelismo forte também foi combinada com a permanência de governos de centro-direita. Nesse ponto, maiores análises sobre os casos mencionados seriam de grande valia.

Por fim, uma última consideração sobre os conceitos adotados também se faz necessária. Em primeiro lugar, a pesquisa mostrou a validade das categorias desenvolvidas por Puig (1984) no período contemporâneo. As mudanças no pós-Guerra Fria não foram de tal monta que invalidaram a relevância de sua concepção de autonomia. Já sobre a noção de clientelismo, cabe pontuar a necessidade de que o mesmo também seja entendido como uma questão de grau e a pesquisa empírica contribuiu no sentido de pensar que o mesmo deve ser adjetivado: são possíveis formas de clientelismo forte e de clientelismo limitado. Mesmo sem que tenha existido um rompimento total, as políticas de autonomia heterodoxa levadas a cabo por Brasil e Argentina significaram um enfraquecimento do clientelismo com os EUA.

Referências

- ABDUL HAK NETO, I. **Armas de Destruição em Massa no Século XXI: O Paradigma da Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação (PSI)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.
- ABELSON, D. E. Changing minds, changing course: Obama, think tanks and American Foreign Policy. In: PARMAR, I.; MILLER, L. B.; LEDWIDGE, M. (Eds.). **Obama and the World**. New Directions in US Foreign Policy. Second ed. New York: Routledge, 2014. p. 107–120.
- ABELSON, D. E. What were they thinking? Think tanks, the Bush presidency and US foreign policy. In: ARMAR, I.; MILLER, L. B.; LEDWIDGE, M. (Eds.). **New directions in US Foreign Policy**. New York: Routledge, 2009. p. 92–105.
- ACHARYA, A. The Periphery as the Core: The Third World and Security Studies. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Eds.). **Critical Security Studies. Concepts and cases**. London: UCL Press, 1997. p. Pp. 299–328.
- ACUÑA, C. H.; SMITH, W. C. A Política da “Economia Militar” no Cone Sul: Análise Comparativa da Democracia e da Produção de Armas na Argentina, no Brasil e no Chile. **Contexto Internacional**, v. 16, n. 1, p. 7–51, 1994.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. ABIN volta a ser subordinada ao GSI. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/abin-volta-a-ser-subordinada-ao-gsi/>>. Acesso em: 2 jul. 2019.
- AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. PNAE. Programa Nacional de Atividades Espaciais 2012 - 2021. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Agência Espacial Brasileira, 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2013/03/PNAE-Portugues.pdf>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.
- ALMEIDA, P. R. DE. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 162–184, 2004.
- AMORIM, C. **Breves Narrativas Diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013.
- AMORIM, C. **Teerã, Ramalá e Doha - Memórias da Política Externa Ativa e Alti**. São Paulo: Benvirá, 2015.
- ANDREAS, P.; NADELMANN, E. **Policing the Globe**. Criminalization and Crime Control in International Relations. New York: Oxford University Press, 2006.
- ARAÚJO CASTRO, J. A. DE. O congelamento do Poder Mundial. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 33, p. 7–30, 1972.
- ARELOVICH, S. et al. **La economía del primer año de Cambiemos**. Buenos Aires: Friedrich Ebert Stiftung Argentina, 2017.

ARGENTINA. Empresa Argentina de Soluciones Satelitales. Ley 26.092. Buenos Aires: INFOLEG, 2006. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/115886/norma.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

ARGENTINA. Ministerio De Justicia. Defensa Nacional. Ley N° 23.554, 1988. Buenos Aires: INFOLEG, 1988. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/20988/texact.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

ARGENTINA. Plan Espacial Nacional. Decreto 532/2005. Buenos Aires: INFOLEG, 2005. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/105000-109999/106502/norma.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

ARGENTINA. Reglamentación de la Ley No 23.554. Buenos Aires: INFOLEG, 2006a. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/116997/norma.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

ARON, R. **Estudos Políticos**. 2a. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

ARON, R. **Paz e guerra entre as Nações**. Brasília: Traduzido por Sergio Bath. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**. A Construção da Hegemonia. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

AYOOB, M. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. **International Studies Review**, v. 4, n. 3, p. 27–48, 2002.

AYOOB, M. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, v. 43, n. 2, p. 257–283, 1991.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente (1950-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Conflito e Integração na América do Sul. 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BANDEIRA, L. A. M. **Geopolítica e política exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BATTAGLINO, J. Defence in a Post-Hegemonic Regional Agenda: The Case of the South American Defence Council. In: RIGGIROZZI, PÍA; TUSSIE, D. (Ed.). **The Rise of Posthegemonic Regionalism**: The Case of Latin America. New York: United Nations University Series on Regionalism. Volume 4. Springer, 2012.

BATTAGLINO, J. Política de Defensa y Política Militar durante el Kirchnerismo. In: LUCA, M.; MALAMUD, A. (Eds.). **La Política en Tiempos de los Kirchner**. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 336.

BIEGON, R. **US Power in Latin America**. Renewing Hegemony. New York: Routledge, 2017.

BIGO, D. When Two Become One: Internal and External Securitisations in Europe. In: WILLIAMS, M.; KELSTRUP, M. (Eds.). **International Relations Theory and The Politics of European Integration**. Power, Security and Community. London: Routledge, 2000. p. 171–204.

BITAR, S. E. **US Military Bases, Quasi-bases, and Domestic Politics in Latin America**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

BOLOGNA, A. B. La Autonomía Heterodoxa de la Política Exterior de Néstor Kirchner. In: BOLGNA, A. B. (Ed.). **La política exterior del gobierno de Cristina Fernandez: apreciaciones promediando su mandato**. tomo IV. Vol. 1. Rosario: UNR - Editora, 2010. p. 490.

BONVECCHI, A. Del Gobierno de la Emergencia al Capitalismo Selectivo: Las relaciones Estado-Empresarios durante el kirchnerismo. In: DE LUCA, M.; MALAMUD, A. (Eds.). **La Política en tiempo de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 336.

BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Introdução: passado e presente. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel3_Novo_Desenv_BR_Boito_-_Bases_Pol_Neodesenv_-_PAPER.pdf> Acesso em 5 de setembro de 2019.

BRANDS, H. **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy**. Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI): U.S. Army War College, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 5 de setembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Complementar n. 97, de 9 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto No 8.630, de 30 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao final da visita à Argentina. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/entrevistas/2o-mandato/2008/01-07-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-ao-final-da-visita-a-argentina/view>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

BRENNER, P.; HERSHBERG, E. Washington e a Ordem Hemisférica: Explicações para a Continuidade em meio à Mudança. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 90, p. 37–63, 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Brasil. Sociedade, economia e Estado desde a Independência. 3a Edição ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 811–829, dez. 2012.

BRICEÑO RUIZ, J. Ejes y modelos en la etapa actual de la integración económica regional en América Latina. **Estudios Internacionales**, v. 175, n. 175, p. 9–39, 2013.

BRZEZINSKI, Z. From Hope to Audacity: Appraising Obama's Foreign Policy. **Foreign Affairs**, v. 89, n. 1, p. 16–30, 2010.

BRZEZINSKI, Z. **Second Chance**: Three Presidents and the crisis of American Superpower. New York: Basic Books, 2007.

BUENO, C. O entorno geográfico na diplomacia brasileira dos séculos XX/XXI. **Política Externa**, v. 19, n. 2, p. 41–54, 2010.

BURNS, N. Remarks to the Council of the Americas. Washington: U. S. Department of State, 2007.

BUSSO, A. La presidencia de Kirchner y los vínculos con Estados Unidos. Más ajustes que rupturas. In: BOLOGNA, B. (Ed.). **La política exterior del gobierno de Kirchner**. Editorial ed. Rosario: 2006.

BUSSO, A. Los vaivenes de la política exterior argentina el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**, v. 177, 2014.

BUSSO, A. Neoliberal Crisis, Social Demand, and Foreign Policy in Kirchnerist Argentina. **Contexto Internacional**, v. 38, n. April 2016, p. 95–131, 2016.

BUSSO, A.; ACTIS, E.; NOVELLO, M. R. La geometría de la Política Exterior Argentina (1989-2015). Fin del diseño triangular e irrupción de un nuevo vértice: las relaciones con Estados Unidos, Brasil y China. In: **Modelos de Desarrollo e Inserción Internacional. Aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización (1983-2011)**. Actores y temas de agenda. Rosario, 2017, p. 11–50.

BUSSO, A. **Las Relaciones Argentina-EUA em los 90. El caso Condor II**. Rosario: Centro de Estudios em Relaciones Internacionales (CERIR), 1999.

BUXTON, J. Forward into History: Understanding Obama's Latin American Policy. **Latin American Perspectives**, v. 38, n. 4, p. 29–45, 2011.

CAPORASO, J. A. et al. The Comparative Study of Foreign Policy: Perspectives on the Future, **Prepared for Delivery at the 27th Annual Meeting of the International Studies Association**, Anaheim, California, March 25-29, 1986.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. Siglo XXI Editores S.A., 1977.

CARNEY, C. P. International Patron-Client Relationships: A Conceptual Framework. **Studies in Comparative International Development**, v. 24, n. 2, p. 42–55, 1989.

CARPENTER, T. G. The Obama Administration's Policy Challenges in the Western Hemisphere. In: KASSAB, H. S.; ROSEN, J. D. (Eds.). **The Obama Doctrine in the**

Americas Security in the Americas in the Twenty-First Century. Lanham: Boulder: New York: London: Lexington Books, 2016.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

CELS. A Agenda Atual de Segurança e Direitos Humanos na Argentina. Uma Análise do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS). **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 9, n. 16, p. 181–199, 2012.

CENTENO, M. Á. **Sangre y Deuda.** Ciudades, Estados y construcción de nación en América Latina. Bogotá: Universidade Nacional de Colombia, 2014.

CEPAL. **Explorando nuevos espacios de cooperación entre América Latina y el Caribe y China.** Santiago, 2018. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/43213-explorando-nuevos-espacios-cooperacion-america-latina-caribe-china>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

CERVO, A. L. **Inserção Internacional: Formação dos Conceitos Brasileiros.** São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011 – 2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133–151, 2014.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior Brasileira.** 4a. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

CERVO, A.; RAPOPORT, M. **História do Cone Sul.** 2a. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

CHANG, H.-J. **Chutando a Escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHEIBUB, Z. B. Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 28, n. 1, p. 113–131, 1985.

CICCARILLO, S. G. The Russia-Latin America Nexus: Realism in the 21st Century. **Review of International Studies**, v. 47, p. 25–45, 2016.

CLINTON, H. R. Town Hall Celebrating Foreign Affairs Day at the Department of State. Washington, D.C.: U. S. Department of State, 2009. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2009a/05/122534.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

COMISIÓN NACIONAL DE ACTIVIDADES ESPACIALES. La máxima autoridad de la NASA, Sean O’Keefe, viene a la Argentina a firmar un acuerdo de cooperación con la CONAE para la Misión satelital conjunta SAC-D / Aquarius. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<http://www.conae.gov.ar/prensa/26022004.html>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL. Mensagem No 296, de 2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=27258>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL. Mensagem No 296, de 2001. Complementação de voto. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=27258>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

CONGRESS, 112TH. Countering Iran in the Western Hemisphere Act of 2012. p. 112–220. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/112th-congress/house-bill/3783>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

CORIGLIANO, F. Híbridos teóricos y su impacto en la política exterior: El caso de los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner. **BOLETIN ISIAE**, n. 47, p. 8–10, 2007.

CORIGLIANO, F. La política exterior del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: una típica política peronista del siglo XXI. **Mural Internacional**, v. II, n. 1, 2011.

COSTA, S. P. M. A Modernização da Junta Interamericana de Defesa: Uma Perspectiva Brasileira. **PADECEME**, v. 1, n. 14, p. 49–69, 2007.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.

CRANDALL, R. The Post-American Hemisphere. Power and Politics in an Autonomous Latin America. **Foreign Affairs**, v. 9, n. 3, p. 83–95, 2011.

CRUZ, S. C. V. E. **Trajetórias**. Capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CRUZ, S. V. E. **Os Estados Unidos no desconcerto do mundo**. Ensaios de interpretação. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DAGNINO, R. **A Indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DE LA BALZE, F. La política exterior de los gobiernos Kirchner (2003-2009). **Estudios Internacionales**, v. 166, p. 121–140, 2010.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Quadrennial Defense Review Report**, Washington, D.C., 2001.

DEPARTMENT OF DEFENSE. **Western Hemisphere Defense Policy Statement**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2012.

DESIDERÁ NETO, W. A. La Política Exterior brasileña en el gobierno Dilma (2011-2016): continuidad con reducción progresiva del activismo. **Latin American Studies Association - 2019. Anais**. Boston: LASA, 2019

DIAMINT, R. La política de defensa en Argentina: lecciones nacionales y regionales. In: CARMO, C. A. WINAND, E. A. BARNABÉ, I. R. P. (Ed.). **Relações Internacionais: Olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013. p. 353–374.

DIAMINT, R. **Sin Gloria**. Buenos Aires: Eudeba, 2014.

DREZNER, D. W. A Post-Hegemonic Paradise in Latin America? **Americas Quartely**, Winter, p. 40–43, 2015.

ELLIS, R. E. The New Russian Engagement with Latin America: Carlisle: Strategic Studies Institute; U.S. Army College, 2015. Disponível em: <<https://publications.armywarcollege.edu/pubs/2345.pdf>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON. Brasil-EUA. Cooperação militar. Artigo 98 do Estatuto de Roma. Flexibilização da posição norte-americana. Washington, D.C.: Ministério das Relações Exteriores, 2006b.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON. Brasil-EUA. Não proliferação. Enriquecimento de Urânio. Matéria do Washington Post. Críticas ao Brasil. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004a.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON. BRASIL-EUA. Reunião de Consultas Bilaterais sobre Segurança. RELATO (Pontos 1 e 2). Washington, D.C.: Ministério das Relações Exteriores, 2004b.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON. DE BRASEMB WASHINGTON PARA EXTERIORES EM 03/02/2006. Washington, D.C.: Ministério das Relações Exteriores, 2006a.

EMBAIXADA BRASILEIRA EM WASHINGTON. Segurança. Combate ao terrorismo. Seminário sobre “a conexão terrorista do Oriente Médio na América Latina”. Washington, D.C.: Ministério das Relações Exteriores, 2004c.

EMBASSY ARGENTINA. A/S Shannon and Amcham Representatives Share Perspectives on GOA. Buenos Aires: Wikileaks, 2008a.

EMBASSY ARGENTINA. A/S Shannon Meets with Argentine President Kirchner. Buenos Aires, 2006c. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06BUENOSAIRE97_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Ambassador Gutierrez’s Trip to Bariloche. Buenos Aires: Wikileaks, 2006n.

EMBASSY ARGENTINA. Ambassador Wayne Visits Salta Province. Buenos Aires: Wikileaks, 2006h.

EMBASSY ARGENTINA. Ambassador’s Meeting with FM Bielsa. Buenos Aires: Wikileaks 2004. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/04BUENOSAIRE3067_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Ambassador’s November 16 Meeting with Minister of Interior. Buenos Aires: Wikileaks, 2006s.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina Scene-Setter for CODEL McConnell. Buenos Aires: Wikileaks, 2006a. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06BUENOSAIRE23_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina U.S. Political-Military Consultations. Buenos Aires: Wikileaks, 2006q.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Defense Ministry Requests that U.S. Military Group Vacate Offices in Defense Headquarters is Leaked to Press. Buenos Aires: Wikileaks, 2009a.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Farewell Call on Kirchner Inner Circle Member. Buenos Aires: Wikileaks, 2006b. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06BUENOSAIRE1632_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. ARGENTINA: Foreign Minister Sees Way Ahead on Bilateral Relations. Buenos Aires: Wikileaks, 2007c.

EMBASSY ARGENTINA. ARGENTINA: Kirchner Insider on GOA Policy in The Region. Buenos Aires: Wikileaks, 2006d. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06BUENOSAIRE1610_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Kirchner's Inner Circle. Buenos Aires: Wikileaks, 2005. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/05_BUENOSAIRE141_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: President-Elect Kirchner Names Cabinet. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/03BUENOSAIRE1662_a.html>. Acesso em 10 setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Scenesetter For Codel Engel. Buenos Aires: Wikileaks, 2008b.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Scenesetter for PM/DAS Michael Coulter and the Pol/Mil Bilats. Buenos Aires: Wikileaks, 2006e. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06BUENOSAIRE2711_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Scenesetter for Under Secretary Burns and Assistant Secretary Shannon. Buenos Aires, 2007a. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/07BUENOSAIRE171_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina: Taiana Tries to Explain CFK's Machinations on Colombia-US DCA. Buenos Aires: Wikileaks, 2009b.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina's First Couple Visits New York: He Says Good-Bye, She Says Hello. Buenos Aires: Wikileaks, 2007d.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina's Space Launch Vehicle Program: The Embassy's Perspective. Buenos Aires: Wikileaks, 2008e.

EMBASSY ARGENTINA. Argentina's Underdeveloped Northwest. Buenos Aires: Wikileaks, 2006g.

EMBASSY ARGENTINA. Argentine Furor Continues Over U.S. Allegations that Venezuelan Money Was Intended for Cristina Kirchner. Buenos Aires: Wikileaks, 2007e.

EMBASSY ARGENTINA. Argentine MOD Garre and Ambassador Review Broad Range of Cooperation Issues. Buenos Aires: Wikileaks, 2008c.

EMBASSY ARGENTINA. Argentine Plans to Develop A Space Launch Vehicle. Buenos Aires: Wikileaks, 2007h.

EMBASSY ARGENTINA. CODEL Sanchez Meeting with Minister of Defense. Buenos Aires: Wikileaks, 2006m. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/07BUENOSAIRE2303_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Cordoba Governor De La Sota: Argentina's Free Market Stalwart. Buenos Aires: Wikileaks, 2006f.

EMBASSY ARGENTINA. DAS McMullen Briefs Argentine Officials on Colombia-U.S. DCA. Buenos Aires: Wikileaks, 2009c.

EMBASSY ARGENTINA. Embassy Supports Proposed IDB Loan to Argentina For Remote Sensing Satellite Project. Buenos Aires: Wikileaks, 2006o. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/06_BUENOSAIRE1442_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. February 9 Burns/Shannon Meeting with Foreign Ministry Officials. Buenos Aires: Wikileaks, 2007g. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/07BUENOSAIRE411_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

EMBASSY ARGENTINA. Interior Minister Making Push on Counter narcotics Coordination. Buenos Aires: Wikileaks, 2007i.

EMBASSY ARGENTINA. K May Want Good Relations, but GOA Defensive of USG Criticism of Chavez Rally. Buenos Aires: Wikileaks, 2007b.

EMBASSY ARGENTINA. Leading Center-Right Argentine Opposition Leader Mauricio Macri on Kirchner and the 2007 Elections. Buenos Aires: Wikileaks, 2006k.

EMBASSY ARGENTINA. Minister of Defense Stresses Positive Relations with U.S. Buenos Aires: Wikileaks, 2007f.

EMBASSY ARGENTINA. Ricardo Lopez Murphy on the Economy, Kirchner, and his Political Future. Buenos Aires, 2006j.

EMBASSY ARGENTINA. Status and Text of Central Bank's Proposed Counterterrorism and Terrorism Finance Legislation. Buenos Aires: Wikileaks, 2006r.

EMBASSY ARGENTINA. The Leading Center-left Opposition Leader on Argentina's Political Situation. Buenos Aires, 2006i.

EMBASSY ARGENTINA. U.S. Fourth Fleet Stirs Concern in Argentina. Buenos Aires: Wikileaks, 2008d.

EMBASSY ARGENTINA. U.S. No Vote on IDB Satellite Loan: Embassy Demarche. Buenos Aires: Wikileaks, 2006p.

EMBASSY BRAZIL. A/S Reich's Meeting with Lula. Brasília: Wikileaks, 2002.

EMBASSY BRAZIL. A/S Shannon's Meeting with Former President Sarney. Brasília: Wikileaks, 2008o.

EMBASSY BRAZIL. Ambassador and Sao Paulo Governor Discuss Crime, Public Security, Investment Issues. Brasília: Wikileaks, 2007b.

EMBASSY BRAZIL. Ambassador Sobel Meets with Former Foreign Minister Lampreia. Brasília: Wikileaks, 2008a.

EMBASSY BRAZIL. Ambassador, Brazil's Foreign Minister Review Bilateral Issues, Bolivia, Iran. Brasília: Wikileaks, 2008i.

EMBASSY BRAZIL. Ambassador's Meeting with Minister of Defense Jobim. Brasília: Wikileaks, 2008c.

EMBASSY BRAZIL. Assistant Secretary Patterson Visit to Sao Paulo, May 15, 2007. Brasília: Wikileaks, 2007d.

EMBASSY BRAZIL. Assistant Secretary Patterson's Visit to Rio, May 16, 2007. Brasília: Wikileaks, 2007e.

EMBASSY BRAZIL. Brazil and U.S. Hold Frank, Constructive Talks on Nuclear Non-Proliferation Issues. Brasília: Wikileaks, 2004c.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Ambassador's 14 March Meeting with FM Amorim. Brasília: Wikileaks, 2005e.

EMBASSY BRAZIL. BRAZIL: Ambassador's 9 March Meeting with Acting FM Guimaraes. Brasília: Wikileaks, 2005c.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Ambassador's Demarches To MRE U/S Pedrosa on Haiti. Brasília: Wikileaks, 2004b.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Bilateral Pol-Mil Talks. Brasília: Wikileaks, 2004d.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Foreign Policy as an Emerging Campaign Issue. Brasília: Wikileaks, 2010.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Is the Military the Solution to the Crime Problem? Brasília: Wikileaks, 2008n.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Less Guns, More Butter: Lula Takes on Crime (Part 2 Of 3). Brasília: Wikileaks, 2008l.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Less Guns, More Butter: Lula Takes on Crime (Part 1 Of 3). Brasília: Wikileaks, 2008m.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Lula Takes on the Fourth Fleet. Brasília: Wikileaks, 2008d.

EMBASSY BRAZIL. BRAZIL: More Observations on Foreign Policy in Lula's Second Term. Brasília: Wikileaks, 2006b.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: MRE Under Secretary Pedrosa Discusses South America-Arab Summit with Ambassador. Brasília: Wikileaks, 2005d.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Potential Economic Scenarios as The Political Scandal Moves Forward. Brasília: Wikileaks, 2005a.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Resignation of Defense Minister Viegas. Brasília: Wikileaks, 2004a.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Scenesetter For August 4-6 Visit of National Security Adviser General James Jones. Brasília: Wikileaks, 2009a.

EMBASSY BRAZIL. Brazil: Scenesetter for October 27-30 Visit of Special Rep of the President for Non-Proliferation-Amb Burk. Brasília: Wikileaks, 2009c. Disponível em: <<https://wikileaks.org/plusd/pdf/?df=80239>>. Acesso em 4 de setembro de 2019.

EMBASSY BRAZIL. BRAZIL: Senate Foreign Affairs Chairman Concerned About Possible Terrorist Presence in Brazil. Brasília: Wikileaks, 2008b.

EMBASSY BRAZIL. Brazil's Military Partnership with France: True Love or a Marriage of Convenience? Brasília: Wikileaks, 2008g.

EMBASSY BRAZIL. Brazil's Nuclear Submarine Ambitions. Brasília: Wikileaks, 2008p.

EMBASSY BRAZIL. Brazil/US Congress-To-Congress Outreach Strategy. Brasília: Wikileaks, 2005f.

EMBASSY BRAZIL. Charge Engages Sao Paulo Private Sector on Trade Liberalization, The Macroeconomy, And Bolivia/Venezuela. Brasília: Wikileaks, 2006a.

EMBASSY BRAZIL. Counterterrorism in Brazil: One Step Forward, One Back (Part 2 of 2). Brasília: Wikileaks, 2008j.

EMBASSY BRAZIL. Former President Urges USG to Counter Chavez. Brasília: Wikileaks, 2007f.

EMBASSY BRAZIL. Iran-Russia-Venezuela Triangle Threatens Regional Stability. Brasília: Wikileaks, 2007g.

EMBASSY BRAZIL. Key Brazilian Senator Voices Concern over Venezuelan Influence, Democracy. Brasília: Wikileaks, 2007c.

EMBASSY BRAZIL. Mission Recommendation on Brazil's ABD Program: Site Visits to ATC Centers. Brasília: Wikileaks, 2006d.

EMBASSY BRAZIL. Outside Defense Ministry, Brazilian Officials Express Concern About DCA. Brasília: Wikileaks, 2008e.

EMBASSY BRAZIL. Profile of 2010 Presidential Front-Runner: Jose Serra. Brasília: Wikileaks, 2009b.

EMBASSY BRAZIL. Scene-setter Cable for Visit of Secretary Snow. Brasília: Wikileaks, 2005b.

EMBASSY BRAZIL. Scenesetter For the Visit of Minister of Defense Nelson Jobim to Washington. Brasília: Wikileaks, 2008k.

EMBASSY BRAZIL. Scenesetter For the Visit of NEC Director Al Hubbard. Brasília: Wikileaks, 2007a.

EMBASSY BRAZIL. The FX2 Competition: Overcoming Key Challenges. Brasília: Wikileaks, 2008h.

EMBASSY BRAZIL. The FX2 Competition: The Glidepath To Success. Brasília: Wikileaks, 2009d.

EMBASSY BRAZIL. Thoughts on The Visit of Defense Minister Jobim to Washington. Brasília: Wikileaks, 2008f.

EMBASSY BRAZIL. U.S. Aircraft in Contention to be Brazil's Next Primary Multi Role Fighter. Brasília: Wikileaks, 2006c.

EMBRAER entrega 1o avião Super Tucano para programa americano. **Folha de S. Paulo**, 25 set. 2014.

EMBRAER. U.S. Air Force Adds Six More A-29 Aircraft to A-29 Afghanistan Program Fleet. Disponível em: <<https://defense.embraer.com/global/en/news/?slug=1206342-us-air-force-adds-six-more-a-29-aircraft-to-a-29-afghanistan-program-fleet>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

EMERSON, R. G. Radical Neglect? The “War on Terror” and Latin America. **Latin American Politics and Society**, v. 52, n. 1, p. 33–62, 8 mar. 2010.

ESCUDE, C. **El realismo de los Estados Débiles**. La Política Exterior del Primer Gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editorial Lationamericano, 1995.

ESCUDE, C. **La Argentina vs las Grandes Potencias** (El precio del Desafío). Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1986.

ESCUDE, C. **Principios de Realismo Periférico**. Una teoria argentina y su vigencia ante el ascenso de China. Buenos Aires: Lumiere, 2012.

ESCUDE, C. **Realismo periférico**: Bases teóricas para una nueva política exterior argentina. Buenos Aires: Planeta, 1992.

ESCUDE, C.; CISNEROS, A. **História general de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

ESPACH, R. H. Brazil-U.S. Security Relations during the Obama Era. In: KASSAB, H. S.; ROSEN, J. D' (Eds.). **The Obama doctrine in the Americas**. Lanham: Lexington Books, 2016. p. 237–261.

FERREIRA, M. A. F. D. S. **A Política de Segurança dos Estados Unidos e a Tríplice Fronteira no Pós 11 de Setembro: Uma Análise dos Interesses Norte-Americanos e o Posicionamento Brasileiro**. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade de Campinas, 2010.

FERRER, A. **Vivir con lo Nuestro**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

FITCH, J. S. The Political Impact of U.S. Military Aid to Latin America. **Armed Forces & Society**, v. 5, n. 3, p. 360–386, 16 abr. 1979.

FLEMES, D.; NOLTE, D. Una comunidad de seguridad regional en formación: la Unasur y su Consejo de Defensa A regional security community in the making. **Estudios Internacionales**, v. 170, p. 105–127, 2011.

FUKUYAMA, F. The End of History. **National Interest**, v. 16, p. 3–18, 1989.

GALLAGHER, K. P.; MYERS, M. **China-Latin America Finance Database**. Washington, D.C.: Inter-American Dialogue., 2019.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GORDON, P. H. The End of the Bush Revolution. **Foreign Affairs**, v. 85, n. 4, p. 75–85, 2006.

GRANDIN, G. **Empire's Workshop: Latin America, the United States and the Rise of the New Imperialism**. Second ed. New York: Holt Paperback, 2010.

GUIMARÃES, S. P. Prefácio: Reflexões Sul-americanas. In: **Brasil, Argentina e Estados Unidos**. Conflito e Integração na América do Sul. (Da Tríplice Fronteira ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GARRÉ, N. Los problemas de la defensa nacional en la Argentina actual. In: GUYER, J. G. (Ed.). **Debate Nacional sobre Defensa Apuntes Internacionales**. Montevideo: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo; Ministerio de Defensa Uruguay, 2006. p. 312.

GERCHUNOFF, P.; AGUIRRE, H. **La política económica de Kirchner en la Argentina: varios estilos, una sola agenda**. Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales y Estratégicos. Documentos de Trabajo., n. 35, p. 1–27, 2004.

GRUGEL, J.; RIGGIROZZI, M. P. The return of the state in Argentina. **International Affairs**, v. 83, n. 1, p. 87–107, 2007.

GUNDER FRANK, A. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, p. 17, 2 set. 1966.

HAKIM, P. Is Washington Losing Latin America? **Foreign Affairs**, v. 85, n. 1, p. 39–53, 2006.

HARRIS, G. Dilma Rousseff of Brazil Visits U.S. Amid Turbulence at Home. **The New York Times**, 30 jun. 2015.

HIRST, M. o Brasil emergente e os desafios da governança global: a paz liberal em questão. Brasília: IPEA, 2014.

HIRST, M.; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 38, n. 1, p. 5–23, 1994.

HURRELL, A. **Progressive Enmeshment, Hegemonic Imposition or Coercitive Socialization**: Understanding Policy Change in Brazil, [s.l.]. mimeo, 1998.

HURRELL, A. Brazil and the New Global Order. **Current History**, v. February, p. 60–66, 2010.

IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IKENBERRY, G. J. **Liberal Leviathan**. The Origins, Crisis and Transformation of the American World Order. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

INTERPOL. INTERPOL Executive Committee takes decision on AMIA Red Notice dispute. Media Release, 15 mar. 2007.

ISACSON, A. Closing the “Seams”: U.S. Security Policy in the Americas. NACLA Report on the Americas. v. 38, n. 6. May, p. 13–17, 2005. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10714839.2005.11722369>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

ISACSON, A. Mission Creep: The U.S. Military’s Counterdrug Role in the Americas. In: ROSEN, B. M. B.; ROSEN, J. D. (Eds.). **Drug Trafficking, Organized Crime and Violence in the Americas Today**. Miami: University Press of Florida, 2015. p. 87–108.

JACOBSON, R. S. Nominations of the 112th Congress — First Session Hearings. Washington, D.C.: U.S. Senate, 2012.

JAGUARIBE, H. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. **Estudios Internacionales**, v. 12, n. 46, p. 91–130, 29 set. 1979.

JOINT CHIEFS OF STAFF. **Joint Vision 2020**. America’s Military—Preparing for Tomorrow. Washington, D.C.: Department of Defense, 2000. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a526044.pdf>>. Acesso em 5 de setembro de 2005.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA. El Sistema Interamericano de Defensa. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2012/EstudioCompleto.pdf>>. Acesso em 5 de setembro de 2005.

KAPLAN, S. B. Banking Unconditionally: The Political Economy of Chinese Finance in Latin America. **Review of International Political Economy**, v. 23, 2016.

KASSAB, H. S.; ROSEN, J. D. **The Obama Doctrine in the Americas**: Security in the Americas in the Twenty-First Century. Lanham: Boulder: New York: London: Lexington Books, 2016.

KERRY, J. Remarks on U.S. **Policy in the Western Hemisphere**. Washington, D.C.: U. S. Department of State, 2013. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/secretary/remarks/2013/11/217680.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

KITCHEN, N. Ending “permanent war”: security and economy under Obama. In: BENTLEY, M.; HOLLAND, J. (Eds.). **The Obama Doctrine**. A legacy of continuity in U.S. Foreign Policy? New York: Routledge, 2017. p. 9–26.

KIRCHNER, N. Creación del Museo de la Memoria, Néstor Kirchner en la ESMA en 2004. Buenos Aires: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.cfkargentina.com/museo-de-la-memoria-nestor-kirchner-en-la-esma/>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

KIRCHNER, N. Palabras Del Presidente Néstor Kirchner en el Acto de Firma de Acuerdos En La República Bolivariana De Venezuela. Casa Rosada, 2007. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/25027-blank-97623617>> Acesso em 5 de setembro de 2019.

KJONNEROD, L. E. **Evolving U.S. Strategy for Latin America and the Caribbean: Mutual Hemispheric Concerns and Opportunities for the 1990s**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1992.

KNIGHT, A. US Imperialism/Hegemony and Latin American Resistance. In: ROSEN, F. (Ed.). **Empire and Dissent**. The United States and Latin America. Durham and London: Duke University Press, 2008. p. 23–53.

KORYBKO, A. **Hybrid Wars: The Indirect Adaptive Approach to Regime Change**. Moscow: Peoples’ Friendship University of Russia, 2015.

KULFAS, M. La economía argentina, entre la «década ganada» y los «fondos buitres». **Nueva Sociedad**, v. 254, n. noviembre-diciembre 2014, p. 4–16, 2014.

KRAUTHAMMER, C. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, v. 70, n. 1, p. 23, 1990.

LAFER, C. Partidarização da política externa. **O Estado de S. Paulo**, p. A2, 20 dez. 2009.

LAKE, D. A. **Hierarchy in International Relations**. Ithaca and London: Cornell University Press, 2009.

LA NACIÓN. No más venganza. 23 nov. 2015.

LA NACIÓN. Mauricio Macri, en China: “Queremos dejar de ser el granero del mundo para ser el supermercado del mundo”. 16 may 2017. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-en-china-queremos-dejar-de-ser-granero-del-mundo-para-ser-supermercado-del-mundo-nid2024264>>. Acesso em 10 setembro 2019.

LAYNE, C. The Unipolar Illusion Revisited. **International Security**, v. 31, n. 2, p. 7–41, 2006.

LAYNE, C. This Time It’s Real: The End of Unipolarity and the “Pax Americana”. **International Studies Quarterly**, v. 56, n. 1, p. 203–213, 2012.

- LEFFLER, M. The American Conception of National Security and the Beginnings of the Cold War, 1945–1948. **The American Historical Review**, v. 89, n. 2, p. 346–381, abr. 1984.
- LEOGRANDE, W. M. A Poverty of Imagination: George W. Bush's Policy in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 39, n. 2, p. 355–385, 2007.
- LI, H. China's growing interest in Latin America and its implications. **Journal of Strategic Studies**, v. 30, n. 4–5, p. 833–862, 2007.
- LIMA, M. R. S. DE. Ejes Analíticos y Conflicto de Paradigmas en la Política Exterior Brasileña. **América Latina/internacional**, v. 1, n. 2, p. 27–46, 1994.
- LIMA, M. R. S. DE. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265–304, 2000.
- LIMA, M. R. S. DE. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 90, p. 167–201, 2013.
- LIMA, R. C. A Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: Uma Grande Estratégia Inconclusa. (Dissertação de Mestrado). São Paulo, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2015.
- LLENDERROSAS, E. La Política Exterior de los gobiernos kirchneristas. In: DE LUCA, M.; MALAMUD, A. (Eds.). **La Política en tiempo de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011.
- LONG, T. S. **Latin America confronts the United States: asymmetry and influence**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- LONG, T. The United States and Latin America: The Overstated Decline of a Superpower. **The Latin Americanist**, n. 60, p. 497–524, 2016.
- LÓPEZ, E. **Seguridad Nacional y Sedición Militar**. Buenos Aires: Editorial Legasa, 1987.
- LONDOÑO, E. From a Space Station in Argentina, China Expands Its Reach in Latin America. **The New York Times**, 2018.
- LUCA, M. DE. Del Principe y sus Secretarios. Cinco Apuntes sobre Gabinetes Presidenciales en la Argentina Reciente. In: MALAMUD, A.; LUCA, M. DE (Eds.). **La Política en tiempos de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 336.
- LOWENTHAL, A. F. The Obama Administration and the Americas. In: LOWENTHAL, A. F.; PICCONE, T. J.; WHITEHEAD, L. (Eds.). **Shifting the Balance**. Obama and the Americas. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2011a.
- MANN, M. **The Sources of Social Power**. The Rise of Classes and Nation States (1760–1914). second ed. New York: Cambridge University Press, 2012.
- MARES, D. R.; TRINKUNAS, H. A. **Aspirational Power**. Brazil on the Long Road to Global Influence. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 2016.
- MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Clacso; Siglo del Hombre, 2008.

MARTINS FILHO, J. R. A Influência Doutrinária Francesa sobre os Militares Brasileiros nos Anos De 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 39–50, 2008.

MARTINS, C. E. A Evolução da Política Externa Brasileira na Década de 64/74. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 54–98, 1975.

MARTINS, C. E. **Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil**. São Paulo: Graal, 1977.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MATEO, L.; SANTOS, A. P. From the U.S. Department of State, USAID and Washington based think tanks. The search for Ungoverned Spaces in South America. In: PREVOST, G. et al. (Eds.). **US National Security Concerns in Latin America and the Caribbean**. New York: Palgrave Macmillan US, 2014. p. 9–40.

MATOSO, F. Ex-ministro lamenta perda de status ministerial de Gabinete de Segurança. G1, p. 3, 2 out. 2015.

MINER, S. Why Argentina's Macri Switched Gears on China, Now His Favorite Business Partner. **World Politics Review**, 23 May 2017. Disponível em: <<https://www.worldpoliticsreview.com/articles/22237/why-argentina-s-macri-switched-gears-on-china-now-his-favorite-business-partner>>. Acesso em 10 setembro 2019.

MEYER, P. J. Brazil-U.S. Relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service. RL33456, 2013.

MEYER, P. J. Brazil: Background and U.S. Relations. Washington, D.C.: Congressional Research Service. RL33456, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33456.pdf>>. Acesso em 7 de setembro de 2019.

MILANI, L. P. **Identidade e Cooperação: Os Governos Kirchner e Lula e a Construção de uma Identidade Coletiva em Defesa (2003-2010)**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016.

MILANI, L. P. O governo de Barack Obama e à “guerra às drogas”: mais continuidade que mudanças. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 18, 12 maio 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). Brasil e Estados Unidos Vão Desenvolver Projeto na Área de Defesa. 29 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/16131-brasil-e-estados-unidos-va-desenvolver-projeto-na-area-de-defesa>>. Acesso em 7 set 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores. Brasília, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso proferido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) – Nova York, 24 de setembro de 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguarda da AIEA. Número 025. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2005.

Ministério de Relaciones Exteriores y Culto. Información para la Prensa N°: 516/06. Prestamo del BID para Desarrollo Satelital Argentino. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://www.mrecic.gob.ar/prestamo-del-bid-para-desarrollo-satelital-argentino>> Acesso em: 26 jun. 2019.

MON, H. A. Inusual voto negativo de EE.UU. por un crédito del BID al país. La Nación, 2006.

MONROE, J. Seventh Annual Message. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29465>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

MORAES, R. F. A Indústria de Defesa na Argentina. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. abril/junho, n. 6, p. 49–63, 2011.

MORRESI, S.; VOMMARO, G. **The Difficulties of the Partisan Right in Argentina. The case of the PRO party.** Bringing the Right Back In. The Politics ..., p. 1–22, 2014.

NARLIKAR, A. **New Powers.** How to become one and how to manage them. New York: Columbia University Press, 2010.

NASSER, R. **Os arquitetos da Política externa Norte-Americana.** São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP, 2010.

NEUMAN, S. G. International stratification and Third World military industries. **International Organization**, v. 38, n. 01, p. 167, 22 dez. 1984.

NORIEGA, R. Assistant Secretary Noriega's Statement Before the Senate Foreign Relations Committee. Washington, D.C.: United States Senate, 2005.

NORIEGA, R. Testimony of Roger F. Noriega, Assistant Secretary of State. Washington, D.C.: United States Senate, 2004.

NORIEGA, R.; COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS OF THE U.S. SENATE. Hearing on Nomination for Assistant Secretary of State for Western Hemisphere Affairs. Washington, D.C.: U. S. Department of State, 2003. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm/20122.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2005.

O'DONNELL, G. **El Estado Burocrático Autoritario.** Triunfo, Derrotas y Crisis. 2a. ed. Buenos Aires: Fundación Editorial Belgrano, 1996.

O'MORA, F.; ZIMMERMAN, N. F. The Top Seven Myths of U.S. Defense Policy towards the Americas. **Military Review**, September-October 2010. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/militaryreview/Archives/English/MilitaryReview_20101031_art004.pdf>. Acesso em 7 set 2019.

OBAMA, B. Remarks by President Obama and President Rousseff of Brazil in Brasilia, Brazil.

OBAMA, B. Remarks by the President at the Summit of the Americas Opening Ceremony. Port of Spain: The White House, 2009.

OEA. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Conferencia Regional Sobre Medidas De Fomento de la Confianza y de la Seguridad. Declaración de Santiago sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad. Santiago, Chile, 1995.

OEA. Organización de los Estados Americanos. Cooperação para a Segurança Hemisférica. Washington, 1998. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/docres1570.asp>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

OEA. Organización de los Estados Americanos. Secretaria de Asuntos Jurídicos. Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca, 1947. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/b-29.html>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, E. R. DE. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1976.

OLIVEIRA, O. M. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 1, p. 5–23, 1998.

OLNEY, R. The United States is Practically Sovereign on this Continent, 1895, 1985. Disponível em: <http://s3-euw1-ap-pe-ws4-cws-documents.ri-prod.s3.amazonaws.com/9781138824287/ch2/3._Richard_Olney,_The_United_States_is_Practically_Sovereign_on_this_Continent,_1895.pdf>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

PÁGINA 12. Para el CELS, la ley antiterrorista producirá un desequilibrio en el Código Penal. Página 12, p. 1, 16 dez. 2011.

PAIKIN, D. La Argentina y el MERCOSUR en tiempos de crisis internacional: Las bases regionales del modelo kirchnerista. **Perspectivas**, p. 139–158, 2012.

PARADISO, J. **Um Lugar no Mundo** - A Argentina e a Busca de Identidade Internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PASTOR, R. **Exiting the Whirlpool**: U.S. Foreign Policy Toward Latin America and the Caribbean. Colorado: Westview, 1992.

PAZ, G. S. China, United States and Hegemonic Challenge in Latin America: An Overview and Some Lessons from Previous Instances of Hegemonic Challenge in the Region. **The China Quarterly**, v. 209, p. 18–34, 2012.

PAZ, G. Argentina and Asia: China's Reemergence, Argentina's Recovery. In: ARNSON, C. J.; HEINE, J.; ZAINO, C. (Eds.). **Reaching Across the Pacific**: Latin America and Asia in the New Century. Washington, D.C.: Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2014.

PECELLÍN, F. P. O Governo chinês lança para a Argentina um salva-vidas econômico. **El País**, 19 jul. 2014.

PECEQUILO, C. **A Política Externa dos Estados Unidos**. Continuidade ou Mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PECEQUILO, C. S. As relações bilaterais Brasil- Estados Unidos (1989-2008). As três fases contemporâneas. **Nueva Sociedad**, outubro, p. 86–103, 2008.

PECEQUILO, C. S. As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011- 2014. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 3, n. 6, p. 11–36, 2014.

PEREIRA, P. Os Estados Unidos e a ameaça do crime organizado transnacional nos anos 1990. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 58, n. 1, p. 84–107, 2015.

PEREIRA, M. DE O. A vitória de Mauricio Macri e as Relações Internacionais sul- americanas: mudança de época? In: AYERBE, L. F. (Ed.). *Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. Abordagens e Processos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PERTOT, W. Curso antiterrorista para la polémica. 4 febrero 2011. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-161709-2011-02-04.html>>. Acesso em 10 setembro de 2019.

PETERSEN, G. H. Latin America: Benign Neglect is not Enough. **Foreign Affairs**, v. 51, n. 3, p. 598–607, 1973.

PINHEIRO, L. Traídos pelo Desejo: Um Ensaio Sobre a Teoria e a Prática da Política Externa Brasileira Contemporânea. **Contexto Internacional**, vol. 22, nº 2, p. 305-335, 2000.

ANDRADE PINTO, P. C. DE A. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Curso de Altos Estudos (CAE), 2015.

POSEN, B. R. Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony. **International Security**, v. 28, n. 1, p. 5–46, jul. 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58a Assembleia Geral da ONU. Brasília, 2003.

PREVOST, G.; CAMPOS, C. O. **The Bush Doctrine and Latin America**. New York: Palgrave Macmillan US, 2007.

PUIG, J. C. **América Latina: políticas exteriores comparadas**. Buenos Aires: GEL, 1984.

PUIG, J. C. Integración y autonomía en América Latina. **Revista Integración Latinoamericana**, Nº 109, enero-febrero, p. 40-62, 1986.

RAMOS, M. P. **La Economía Política Argentina: Poder y Clases Sociales (1930-2006)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

RAMOS, M. P. Una aproximación al análisis del peronismo. **Realidad Económica**, v. 321, n. 48, p. 85–107, 2019.

RAPOPORT, M. **El Laberinto Argentino**. Política Internacional en un Mundo Conflictivo. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

RAPOPORT, M.; MADRID, E. **Argentina-Brasil**: de rivales a aliados: política, economía y relaciones bilaterales. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

REDICK, J. *Nuclear Illusions: Argentina and Brazil*. Washington: The Henry L. Stimson Center, 1995.

REPRESENTAÇÃO DO BRASIL NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. Histórico da RBJID. Disponível em: <<https://www.rbjid.com/historicorbjid.asp>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

REPÚBLICA ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y culto. Información Para La Prensa N°: 516/06. Prestamo del Bid Para Desarrollo Satelital Argentino. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <<http://www.mrecic.gob.ar/prestamo-del-bid-para-desarrollo-satelital-argentino>> Acesso em: 26 jun. 2019.

REPÚBLICA ARGENTINA; REPÚBLICA POPULAR CHINA. Acuerdo Entre el Gobierno De La República Argentina y El Gobierno de la República Popular China Sobre La Cooperación en el Proyecto de Construcción de un Reactor de Água Presurizada en Argentina. Buenos Aires, 2015. Disponível em: <https://tratados.cancilleria.gob.ar/tratado_ficha.php?id=kp2pnpg=>>. Acesso em 10 setembro 2019.

RIBANDO, C. M. Article 98 - Agreements and Sanctions on U.S. Foreign Aid to Latin America. Washington: **Congressional Research Service**, 2007.

RICUPERO, R. À sombra de Charles de Gaulle: uma diplomacia carismática e intransferível: a política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). **Novos Estudos CEBRAP**, p. 35–58, 2010.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism**. The Case of Latin America. London: New York, Springer, 2012.

RIO DE JANEIRO CONSULATE. Can the Oil Industry Beat Back the Pre-Salt Law? Rio de Janeiro: Wikileaks, 2009.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, v. 34, n. 1, p. 9–41, jun. 2012.

ROMANO, L. Kerry: Bush Has Neglected Latin America. **The Washington Post**, 27 jun. 2004.

ROOSEVELT, T. Theodore Roosevelt's Annual Message to Congress for 1904. Washington: House Records HR 58A-K2; Records of the U.S. House of Representatives; Record Group 233; Center for Legislative Archives; National Archives., 1904.

ROSATI, J. A.; SCOTT, J. M. **The Politics of United States Foreign Policy**. Quarta ed. Boston: Wadsworth, Cengage Learning, 2011.

ROUQUIÉ, A. **O Estado Militar na América Latina**. 1. ed. Santos: Editora Alfa Omega, 1984.

ROUSSEFF, D.; OBAMA, B. Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

ROUSSEFF, D.; OBAMA, B. Comunicado Conjunto do Presidente Barack Obama e da Presidenta Dilma Rousseff - Washington, 9 de abril de 2012. Washington, D.C.: Ministério da Defesa, 2012.

RUSSELL, R. Política Exterior y toma de decisiones en América Latina. Buenos Aires: Programa Rial: Grupo Editor Latino Americano, 1990.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. De la autonomia antagonica a la autonomia relacional una mirada teorica desde el Cono Sur. **PostData**, n. 7, p. 71–92, 2001.

RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. Modelos de política exterior y opciones estratégicas El caso de América Latina frente a Estados Unidos. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 85–86, p. 211–249, 2009.

SAAD-FILHO, A.; BOITO, A. Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the 'New Right'. **Socialist Register**, v. 52, n. 1, p. 213–230, 2016.

SABATINI, C. Will Latin America Miss U.S. Hegemony? **Journal of International Affairs**, v. 66, n. 2, p. 1–15, 2013.

SAINT-PIERRE, H. L. “Defesa” ou “segurança”? reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, p. 407–433, 2011.

SANTOS, T. DOS. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2011.

SARAIVA, M. G. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, v. Dezembro, n. 44, p. 25–35, 2014.

SCHOULTZ, L. **Beneath the United States: a History of US Policy toward Latin America**. London & Cambridge: Harvard University Press, 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SERE). Brasil-EUA. Reunião de Consultas Bilaterais sobre Segurança. Relato. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SERE). Brasil-EUA. Terrorismo. Encontro com o Subsecretário-Adjunto do Tesouro dos EUA. Relato. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2005.

SECRETARY OF STATE. Responding to Ukrainian Questions Concerning USG Support for Ukrainian-Brasilian SLV Joint Venture at Alcantara (C). Washington, D.C.: Wikileaks, 2008. Disponível em: <https://wikileaks.org/plusd/cables/09STATE3691_a.html>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

SERRAFERO, M. D. Presidencia y vice-presidencia: otra difícil combinación. In: MALAMUD, A; DE LUCA, M. (Ed.). **La Política en tiempo de los Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p. 336.

SHANNON, T. Vision and Foreign Assistance Priorities for the Western Hemisphere. Testimony Before the House of Representatives Subcommittee on the Western Hemisphere Committee on Foreign Affairs. Washington, 2007. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm2/>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

SHUMWAY, N. **The Invention of Argentina**. University of California Press, 1991.

SILVA, F. C. T. Consequences for Security and Defense in Brazil-USA relations in face of the 11th September Attacks. In: **Brazil - United States relations: XX and XXI centuries**. Maringá: Scielo Books, 2013a. p. 415–457.

SILVA, L. I. L. DA. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>

SILVA, L. L. **A questão das drogas nas Relações Internacionais**: uma perspectiva brasileira. Brasília: FUNAG, 2013b.

SIMONOFF, A. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner. **Confinos de Relaciones Internacionales y Ciencia Política**, v. 5, n. 10, p. 71–87, 2009.

SIMONOFF, A. La estructura decisoria en materia de política exterior de la primera administración de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). **VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata**, p. 1–20, 2012.

SIMONOFF, A. ¿Las segundas partes nunca fueron buenas? Caracterización preliminar del nuevo mandato de Cristina Fernández de Kirchner (12/2011-3/2013). **Estudos Internacionais**, v. 2, n. 1, p. 61–79, 2014.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, n. 102, p. 39–67, 2015.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

SMITH, P. **Talons of the Eagle**: Latin América, the United States and the World. New York: Oxford University Press, 2008.

SPEKTOR, M. **18 Dias**. Quando Lula e FHC se reuniram para conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SPEKTOR, M. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.53, n.1, pp.25-44, 2010.

SPYKMAN, N. J. **America's Strategy in World Politics**: The United States and the Balance of Power. New York: Institute of International Studies: Yale University. Harcourt, Brace and Company, 1942.

STUART, D. T. **The Pivot to Asia**: Can it Serve as the Foundation for American Grand Strategy in the 21st Century? Carlisle: Strategic Studies Institute, 2016. Disponível em: <<https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/display.cfm?pubID=1326>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

SUBCOMITEE ON THE WESTERN HEMISPHERE. Overview of U.S. Policy Toward Latin America. Washington, D.C.: U.S. House of Representatives, 2007.

SUBCOMMITTEE ON WESTERN HEMISPHERE; PEACE CORPS AND NARCOTICS AFFAIRS. Challenge or Opportunity? China's Role in Latin America. Washington, D.C.: U.S. Senate, 2005. Disponível em: <<https://www.foreign.senate.gov/download/hearing-transcript-092005>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

SUBCOMMITTEE ON WESTERN HEMISPHERE; PEACE CORPS AND NARCOTICS AFFAIRS. U.S. Policy toward Latin America. Washington, D.C.: U.S. Senate, 2011.

SULLIVAN, M. P.; NELSON, R. M. Argentina: Background and U.S. Relations. Washington, D.C.: 2014.

SULLIVAN, M. P.; NELSON, R. M. Argentina: Background and U.S. Relations. Washington, D.C.: 2017.

SYLVAN, D.; MAJESKI, S. **U. S. Foreign Policy in Perspective**. Clients, Enemies and Empire. New York: Routledge, 2009.

SVAMPA, M. Las fronteras del Gobierno de Kirchner: entre la consolidación de lo viejo y las aspiraciones de lo nuevo. **Cuadernos del Cendes**, v. 24, n. 65, p. 39–61, 2007.

SVAMPA, M. Revisiting Argentina 2001–13: From “¡Que se vayan todos!” to the Peronist decade. In: LEVEY, C.; OZAROW, D.; WYLDE, C. (Eds.). **Argentina Since the 2001 Crisis**. Recovering the Past, Reclaiming the Future. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 155–177.

TAIANA, J. Nuestro acceso al espacio. **La Nación**, 23 ago. 2007.

TEIXEIRA, C. G. P. **Brasil, The United States and the South American Subsystem**. Regional Politics and the Absent Empire. Lanham: Lexington Books, 2012.

THE WHITE HOUSE. Fact Sheet: U.S.-Brazil Defense Cooperation. 9 april 2012. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/04/09/fact-sheet-us-brazil-defense-cooperation>>. Acesso em 7 set 2019.

THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: United States – Argentina Relationship. 23 mar 2016. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/23/fact-sheet-united-states--argentina-relationship-0>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

THE WHITE HOUSE. FACT SHEET: Venezuela Executive Order Washington, D.C: The White House, 2015b. Disponível em: < <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/03/09/fact-sheet-venezuela-executive-order>>. Acesso em 7 set 2019.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. Washington, D.C., 2010. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em 7 set 2019.

THE WHITE HOUSE. National Security Strategy. Washington, D.C., 2015a. Disponível em: <<http://nssarchive.us/>>. Acesso em 7 set 2019.

THE WHITE HOUSE. President Bush Welcomes President Lula of Brazil to Camp David. 31 mar 2007. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/p/wha/rls/rm/07/q1/82517.htm>>. Acesso em 7 set 2019.

THE WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C., 2002.

THE WHITE HOUSE. **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, D.C., 2006.

THE WHITE HOUSE. The United States and Brazil: The Fact Sheets. 19 march 2011. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/19/united-states-and-brazil-fact-sheets>>. Acesso em 7 set 2019.

TOKATLIAN, J. G. The War on Drugs and the Role of the SOUTHCOM. In: BAGLEY, B. M.; ROSEN, J. D. (Eds.). **Drug Trafficking, Organized Crime and Violence in the Americas Today**. Gainesville: University Press of Florida, 2015. p. 437.

Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamento Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Brasília, 21 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/TratadoUcr%C3%A2nia2003.pdf>>. Acesso em 7 set. 2019.

TULCHIN, J. **América Latina X Estados Unidos: uma relação turbulenta**. São Paulo: EDITORA CONTEXTO, 2016.

TULCHIN, J. **La Argentina y los Estados Unidos**. Historia de una desconfianza. Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, 1990.

TURNER, F. J. **The Significance of the Frontier in American History 1893**. National Humanities Center, 2005. Disponível em: <<http://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Defense Ministerial of the Americas. Washington: U. S. Department of Defense, 1995. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/t/ac/csmb/rd/6434.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Quadrennial Defense Review 2014. Washington, D.C.: Department of Defense, 2014. Disponível em: <https://archive.defense.gov/pubs/2014_Quadrennial_Defense_Review.pdf>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Quadrennial Defense Review Report. Washington, D.C.: Department of Defense, 2006.

U. S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Quadrennial Defense Review Report. Washington, D.C., 2010. Disponível em: <<https://archive.defense.gov/qdr/QDR%20as%20of%2029JAN10%201600.pdf>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. 2010 International Narcotics Control Strategy Report. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. A/S Shannon and DMF Ryabkov discuss Russia-Latin American Relations. Washington, D.C.: Wikileaks, 2009.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. A/S Shannon leads U.S.-China Latin America Subdialogue. Washington, D.C.: Wikileaks, 2008.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2005. Washington, D.C., 2006. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2006. Washington, D.C., 2007. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2007. Washington, D.C., 2008. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2010. Washington, D.C., 2011. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2011. Washington, D.C., 2012. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2013. Washington, D.C., 2014. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2014, Washington, D.C., 2015. Disponível em: < <https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2016. Washington, D.C., 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/country-reports-on-terrorism-2/>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report. Washington, D.C., 2005. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report, 2005. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/2005/vol1/html/42363.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. OFFICE OF THE COORDINATOR FOR COUNTERTERRORISM. Country Reports Washington, 2005. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/45392.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Office of The Coordinator for Counterterrorism. Country Reports: Western Hemisphere Overview. Washington, 2008. Disponível em: <<https://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2007/103710.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Patterns of Global Terrorism 2003. Washington, D.C., 2004. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. U.S.-China Latin America Subdialogue: A/S Shannon Discussions with DG Zeng Gang. Washington, D.C.: Wikileaks, 2006.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. U.S.-India Civil Nuclear Cooperation Initiative. Washington, 2006. Disponível em: <<https://20012009.state.gov/r/pa/scp/2006/62904.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U. S. DEPARTMENT OF STATE. Under Secretary for Political Affairs. Bureau of Western Hemisphere Affairs. Hemispheric Security. Disponível em: <<https://www.state.gov/p/wha/hs/index.htm>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2009 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR) Washington, D.C., 2009. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2010 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR) Washington, D.C., 2010a. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2012 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR) Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2014. International Narcotics Control Strategy Report (INCSR). Washington, D.C., 2014. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. 2016 International Narcotics Control Strategy Report (INCSR). Washington, D.C., 2016a. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2009. Washington, D.C.: U. S. Department of State, 2010b. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/ct/rls/crt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Country Reports on Terrorism 2015. Washington, D.C.: Bureau of Counterterrorism and Countering Violent Extremism, 2016b. Disponível em: <<https://www.state.gov/country-reports-on-terrorism-2/>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report. Washington, D.C., 2006. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report. Washington, D.C., 2008. Disponível em: <<https://2009-2017.state.gov/j/inl/rls/nrcrpt/index.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2016.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. International Narcotics Control Strategy Report. Washington, D.C., 2017. Disponível em: <<https://www.state.gov/international-narcotics-control-strategy-reports/>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U.S. SENATE; CLINTON, H. R. Nomination of Hillary R. Clinton to Be Secretary of State. Washington, D.C.: U.S. Department of State, 2009. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/rm/113814.htm>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

U.S. SOUTHERN COMMAND. History. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/About/History/>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of Admiral James G. Stavridis, United States Navy Commander, Washington D.C.: U.S. Southern Command, 2007.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General Bantz J. Craddock, United States Army Commander. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2005.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General Bantz J. Craddock, United States Army Commander. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2006.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General Douglas M. Fraser, United States Air Force Commander, United States Southern Command. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2010.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture statement of General Douglas M. Fraser, United States Air Force Commander, United States Southern Command. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2011.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General Douglas M. Fraser, United States Air Force Commander, United States Southern Command. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2012.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command. Washington, D.C., 2013.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2014.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps Commander, United States Southern Command. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2015.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Posture Statement of Major General Gary D. Speer, United States Army Acting Commander in Chief United States Southern Command Before. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2002.

U.S. SOUTHERN COMMAND. Testimony of General James T. Hill, Commander, United States Southern Command. Washington, D.C., 2004.

U.S. SOUTHERN COMMAND. U.S. Southern Command 2008 Posture Statement. Washington, D.C.: U.S. Southern Command, 2008.

U.S. SOUTHERN COMMAND. U.S. Southern Command 2009 Posture Statement. Washington, D.C., 2009.

UNASUR. Declaración conjunta de Reunión Extraordinaria del Consejo de jefes y jefas de Estado de la Unión de Naciones Suramericanas. San Carlos de Bariloche: UNASUR, 2009.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Bureau for International Narcotics and Law Enforcement Affairs. International Narcotics Control Strategy Report: Washington, 2008.

UNITED NATIONS. World commodity trends and prospects. New York: [s.n.].

VAICIUS, I.; ISACSON, A. The “War on Drugs” meets the “War on Terror” The United States’ military involvement in Colombia climbs to the next level. **International Policy Report**, n. February, p. 1–19, 2003.

VALENZUELA, A. A. Testimony of Arturo A. Valenzuela Assistant Secretary of State Bureau of Western Hemisphere Affairs (WHA) Department of State: Washington, D.C.: U.S. Senate, 2011.

VANDERBUSH, W. The Bush Administration Record in Latin America: Sins of Omission and Commission. **New Political Science**, v. 31, n. 3, p. 337–359, 2009.

VEIRAS, N. Inquilinos con plazo fijo para hacer las valijas. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-123550-2009-04-20.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

VERBITSKY, H. Seguro que no. **Página 12**, 4 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-225996-2013-08-04.html>>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

VIDO, J. DE. Reactivación de la Actividad Nuclear en Argentina. CNEA: Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www2.cnea.gov.ar/noticia.php?id_noticia=359>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

VIEIRA, M. As embaixadas e a diplomacia de resultados. **Folha de S. Paulo**, p. 1, 11 jun. 2015.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, p. 273–335, 2007.

VIOTTI, M. L. R. Letter dated 9 November 2011 from the Permanent Representative of Brazil to the United Nations addressed to the Secretary-General. New York: United Nations, 2011.

VITELLI, M. G. Comunidad e identidad en la cooperación regional en defensa: entendimientos en conflicto sobre pensamiento estratégico en el Consejo de Defensa Sudamericano. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 2, n. 2, p. 233–260, 2016.

WALLERSTEIN, I. **The Politics of the world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

WATSON, C. China's Use of the Military Instrument in Latin America: Not Yet the Biggest Stick. **Journal of International Affairs**, v. 66, n. 2, p. 101–111, 2013.

WENDT, A.; BARNETT, M. Dependent State Formation and Third World Militarization. **Review of International Studies**, v. 19, p. 321–347, 1993.

WENDT, A.; FRIEDHEIM, D. Hierarchy under anarchy: informal empire and the East German state. **International Organization**, v. 49, n. 04, p. 689, 1995.

WILLIAMS, W. A. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: W.W. Norton & Company, 2009.

WILSON, J. **China's Military Agreements with Argentina: A Potential New Phase in China-Latin America Defense Relations**. Washington, D.C.: U.S.-China Economic and Security Review Commission, 2015. Disponível em: <https://www.uscc.gov/Research/china%E2%80%99s-military-agreements-argentina-potential-new-phase-china-latin-america-defense>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

WYLDE, C. State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003-2007. **Bulletin of Latin American Research**, v. 30, n. 4, p. 436–452, out. 2011.

WYLDE, C. Post-neoliberal developmental regimes in Latin America: Argentina under Cristina Fernandez de Kirchner. **New Political Economy**, v. 21, n. 3, p. 322–341, 2016.

XAVIER, L. A. Embraer abre primeira fábrica nos EUA. **O Estado de S. Paulo**, 22 fev. 2011.

ZIRNITE, P. Reluctant Recruits. The US Military and the War on Drugs. Washington, D.C.: Washington Office on Latin America (WOLA), 1997. Disponível em: <https://www.wola.org/1997/11/reluctant-recruits-the-us-military-and-the-war-on-drugs/>. Acesso em 7 set 2019.